

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Juliana Medeiros Cordeiro de Farias

Movimento Estudantil da PUC-Rio (1977-1981)

Entre memórias e representações

Monografia apresentada ao Departamento
de História da PUC-Rio como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de
Bacharel em História

Orientadora:
Profa. Dra. Margarida de Souza Neves

Departamento de História da
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, novembro de 2011

Especialmente para Oswaldo Cordeiro de Farias, por ter sempre me incentivado a correr atrás dos meus sonhos. Ele não pode estar fisicamente ao meu lado neste momento, mas está presente em todos os meus pensamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à professora Margarida de Souza Neves por todo carinho e amizade que teve por mim ao longo desses anos.

À minha família, que me deu força e incentivo nos momentos mais difíceis. À minha mãe, Esther, por sua confiança desmedida na minha capacidade. À minha avó, Ignez, por todo o cuidado e dedicação que tem por mim. Aos meus irmãos, Fred e Daniel, aos meus tios, Florence, João, Nando, Juliana, Ricardo e Vímia, aos meus primos, Maria, Pedro, Thiago, Gabriel, Carolina, Mel, Manu e Théo, e aos meus sobrinhos, Romeo e Daniel, pelo apoio de sempre.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pela bolsa de estudos a mim concedida, e à Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa da PUC-Rio, em especial o Vice-reitor acadêmico professor José Ricardo Bergmann, pela bolsa de Iniciação Científica.

À equipe do Núcleo de Memória da PUC-Rio: Antonio, Clóvis, Eduardo, Hélio, Pedro, Roberto e Silvia, e às antigas bolsistas, Anna, Luciana e Paloma, pela amizade que levarei comigo por toda a vida.

Aos funcionários do Departamento de História por todos os galhos quebrados e pela simpatia de todo dia.

Aos professores Marcelo Jasmin e Alfredo Jefferson, ao fotógrafo Juliano Serra Barreto, ao Bernardo Jefferson e ao pe. Mac Dowell por aceitarem compartilhar com a equipe do Núcleo de Memória suas lembranças e por disponibilizarem os documentos que possibilitaram a presente reflexão

Aos amigos da turma 2007.2, por terem feito esses anos de faculdades mais divertidos e estimulantes. Às amigas Beth, Jessik, Nayara e Carol pelo carinho incondicional e por toda a força que me deram ao longo dessa trajetória.

Ao Gabriel Alves, pela dedicação e amizade. E, claro, pela paciência.

Muito obrigada!

RESUMO:

Trabalho monográfico que tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre a construção de uma memória e de representações produzidas pelos estudantes envolvidos nas entidades estudantis da PUC-Rio entre os anos de 1977 e 1981, sem deixar de relacionar essas construções com a realidade na qual eram elaboradas. Os documentos utilizados para o estudo, compostos por panfletos elaborados pelo DCE e Centros Acadêmicos ou pelas chapas a eles concorrentes e por fotografias de momentos significativos para o movimento estudantil na PUC, estão disponíveis no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

ABSTRACT:

Monographic work that brings a reflection about the building of a memory and of the representations produced by the students involved in students entities of PUC-Rio from 1977 to 1981, considering the bonds between those constructions and the reality in which they were elaborated. The documents used for the study – pamphlets elaborated by the DCE and Academic Centers or their competitive parties and photographs of significant moments for the student movement at PUC – are available on the website of the *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

PALAVRAS-CHAVE:

Movimento estudantil, cultura política, memória, representações, ditadura militar.

ÍNDICE

Introdução	11
O trabalho com a memória.....	14
Uma face da resistência.....	16
Capítulo I ó <i>“Já sou um universitário”</i>	21
I.1 Os <i>Pilotis</i>	27
I.2 O Ginásio.....	29
I.3 A Vila dos Diretórios.....	30
I.4. O <i>campus</i> da PUC-Rio enquanto sistema.....	31
Capítulo II ó <i>“Um retrato da PUC, por liberdade de expressão”</i>	37
II.1 1977 e 1978: Anos de luta pela liberdade.....	37
II.1.1 O movimento cultural na PUC-Rio nos anos 1977/78.....	50
II.2 1979: Ano de profundas transformações no cenário nacional.....	51
II.3 1980 e 1981: Uma reorientação das entidades estudantis.....	52
II.3.1 O movimento cultural na PUC-Rio nos anos 1980/81.....	58
II.4 Considerações finais.....	59
Capítulo III ó <i>“O movimento estudantil na PUC-Rio em suas representações”</i>	62
III.1 <i>“Somos filhos da liberdade e não renegaremos essa condição”</i>	64
III.2 <i>“A crise da Universidade”</i>	70
III.3 Considerações finais.....	75
Conclusão: <i>“E a ditadura, quem apoiou?”</i>	78
Referências Bibliográficas e documentação	88

Lista de Imagens.

- Figura 01:** A PUC-Rio na Passeata dos Cem Mil, Cinelândia, Rio de Janeiro, 1968. Fotógrafo: José Inácio Parente.....10
- Figura 02:** Campanha das chapas concorrentes às entidades estudantis nos Pilotis da PUC-Rio, 1978. Fotógrafo desconhecido.....20
- Figura 03:** Membros da chapa Unidade em sua foto de campanha para as eleições da UNE, 1979. Fotógrafo: Alfredo Jefferson de Oliveira.....32
- Figura 04:** Campanha nos Pilotis das chapas que concorriam para o DCE e para as diretorias da UNE e da UEE, 1979. Fotógrafo: Alfredo Jefferson de Oliveira.....33
- Figura 05:** Contagem de votos das eleições para a UNE e a UEE no antigo Ginásio da PUC-Rio, 1979. Fotógrafo: Alfredo Jefferson de Oliveira.....34
- Figura 06:** Reunião do Reitor com o DCE, 1980. Fotógrafo: Antônio Albuquerque.....36
- Figura 07:** Estudantes na Vila dos Diretórios da PUC-Rio por ocasião das eleições para a diretoria da UNE e da UEE, 1979. Fotógrafo: Alfredo Jefferson de Oliveira.....61
- Figura 08:** Alunos reunidos nos Pilotis da PUC-Rio por ocasião da vinda Miguel Arraes à Universidade, 1979. Fotógrafo: Juliano Serra Barreto.....77
- Figura 09:** Estudantes nos Pilotis da PUC-Rio em campanha para as eleições da UNE e da UEE, 1979. Fotógrafo: Alfredo Jefferson de Oliveira.....87

Lista de siglas.

CA: Centro Acadêmico;

CAEL: Centro Acadêmico Eduardo Lustosa;

CUF: Centro Universitário de Fotografia;

DA: Diretório Acadêmico;

DAAF: Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca;

DAGG: Diretório Acadêmico Galileu Galilei;

DCE: Diretório Central dos Estudantes;

DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações ó
Centro de Operações de Defesa Interna;

OBAN: Operação Bandeirantes;

UEE: União Estadual dos Estudantes;

UNE: União Nacional dos Estudantes.

õA escrita é uma longa introspecção, é uma viagem às cavernas mais escuras da consciência, uma lenta meditação. Escrevo tateando o silêncio e pelo caminho descubro partículas de verdade, cristaizinhos que cabem na palma da mão e justificam minha passagem por este mundo¹.

¹ Isabel ALLENDE. **Paula**. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp. 16 ó 17.



Figura 01

Introdução.

Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

[...]

III - ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

[...]

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

[...]

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado

[...]

LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

[...]

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

Esses trechos foram retirados do Artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988, ou seja, a constituição que marca institucionalmente o retorno ao estado de direito após o fim da ditadura militar e do regime autoritário, conhecida também como constituição democrática ou constituição cidadã. Este artigo, em particular, trata dos direitos garantidos aos cidadãos pelo Estado, e uma análise desses direitos revela um diálogo com o momento histórico que lhe é imediatamente precedente, que demarca a temporalidade em que se situa o presente estudo.

O primeiro ponto a ser destacado é a proibição do recurso à tortura, prática que se tornou banal nos chamados *porões da ditadura*, que, segundo Carlos Fico², é uma expressão que designa as práticas repressivas do regime e a sua tentativa de controlar a sociedade. E se o regime, em alguma medida, já praticava a tortura desde 1964, foi apenas com a instituição do AI-5, em dezembro de 1968, que esta se tornou uma prática recorrente por parte do Estado.

*õO Ato Institucional nº 5, que significativamente não tinha prazo de extinção, inaugurava a fase de consolidação do Estado de Segurança Nacional. Atribuía ao presidente poderes para decretar, por tempo indeterminado, o estado de sítio, o recesso do Congresso, a intervenção nos estados, a suspensão de direitos políticos e as cassações de mandatos. Suspendia o habeas-corpus para crimes contra a Segurança Nacional. Vedava a ação judicial contra qualquer ação praticada com os poderes que esse ato conferia. Ou seja, na prática, ficava eliminada a distinção entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário*³.

Antes do AI-5 parecia ainda haver brechas para o retorno da democracia. O ano de 1968 foi caracterizado por uma intensa movimentação, através de manifestações e passeatas. Um exemplo foi a Passeata dos Cem Mil, ocorrida em 26 de junho de 1968 na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro.

A imagem de abertura refere-se justamente a essa manifestação, que contou com diversos setores da sociedade civil, e, dentre eles, estavam os estudantes. No meio da multidão, é possível localizar faixas provenientes da PUC-Rio, com o *slogan Universidade para o povo*, reivindicação ainda presente nos manifestos estudantis produzidos nos anos que se seguiram. Trata-se de uma fotografia interessante por várias razões. A primeira delas é que foi feita por José Inácio Parente, hoje fotógrafo conhecido e reconhecido, mas que na época era um dos muitos estudantes da PUC-Rio que compareceu à passeata. É importante também pela excelente qualidade da fotografia, que permite sua ampliação na tela de um computador sem perda de qualidade e, ainda, por mostrar a multidão com rosto. As faces são perceptíveis e, através delas, as expressões dos manifestantes.

² Carlos FICO. ãA pluralidade das censuras e das propagandas da ditaduraõ IN Daniel Aarão REIS; Marcelo RIDENTI; Rodrigo Pato Sá MOTTA (orgs.) **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo / Bauru: EDUSC, 2004, p. 266.

³ Maria Helena Simões PAES. **A Década de 60: Rebelião, contestação e repressão política**. São Paulo: Ática, 1992, p. 60.

Para quem viveu na época, é divertido buscar hoje, nessas faces, rostos conhecidos.

Em 1969, porém, após o AI-5, a possibilidade de manifestação de pensamento foi reduzida pelo aparato repressivo construído. Até o momento de distensão lenta e gradual, iniciada no governo do General Ernesto Geisel, em 1974, o espaço de contestação do regime estreitou-se.

õA partir da instituição, em 1969, do sistema CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna ó Destacamento de Operações de Informações), a prisão seguida de tortura (e várias vezes de morte) oficializou-se como técnica empregada pelas turmas de captura e de interrogatórios dos DOI, pelos policiais dos departamentos de ordem política e social estaduais e pelos agentes dos três centros de informações dos antigos ministérios militares: CIE (Centro de Informações do Exército), CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) e CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica)õ⁴.

Segundo Carlos Fico, o DOI-CODI institucionalizou a ideia de um grupo de oficiais superiores, que ficariam conhecidos como pertencentes à *linha dura*, de que o Brasil, para realizar o seu destino de grandeza, deveria eliminar os entraves que se colocavam ao desenvolvimento do país. Dentre esses entraves, estavam os comunistas, ou aqueles que eram identificados com o comunismo, alvo das operações de limpeza que foram iniciadas já no governo do presidente Marechal Humberto Castelo Branco, mas que atingiram maiores proporções nos governos dos presidentes Arthur da Costa e Silva e Garrastazu Médici⁵. Esses oficiais da chamada linha dura supunham *indispensável um largo período de suspensão das garantias constitucionais para que ampla õoperação limpezaõ fosse efetivada*⁶. E é como parte dessa operação limpeza que foi instituído o AI-5⁷ e a OBAN (Operação Bandeirantes), de modo que a tortura se tornou uma prática comum durante os inquéritos daqueles que eram tidos como entraves para o *destino de grandeza* do país. No caso da OBAN, o fato de não ser reconhecida legalmente, lhe deu maior abertura para a prática da tortura. Segundo

⁴ Carlos FICO. Op.cit., p. 265.

⁵ õO governo do general Médici representou o auge do terrorismo de Estado e foi nesse período que se registraram as maiores denúncias sobre tortura, invasões de domicílios, assassinatos e desaparecimentos relacionados no projeto de pesquisa -Brasil nunca maisõ. Ver: Maria Helena Simões PAES. Op.cit., p. 72.

⁶ Carlos FICO. Op.cit., p. 267.

⁷ O AI-5, na visão de Carlos Fico, não foi uma ruptura, mas a realização de anseios que já existiam desde os primeiros momentos do regime militar. Ver: Carlos FICO. Op.cit., p. 269.

Maria Helena Paes, a *ação da OBAN foi tão ãeficienteö que inspirou a criação dos DOI-CODIs [...], sob o comando do Exército*⁸.

Carlos Fico acrescenta ainda que as chamadas *operações de segurança* eram um eufemismo para prisões, interrogatórios, torturas e eliminações. Para Maria Helena Paes,

õO Estado de Segurança Nacional foi, de fato, um Estado terrorista, que adotou a tortura, o assassinato, o sumiço de presos políticos, como estratégias para eliminar toda e qualquer oposição. Ou seja, a violação constante dos direitos humanos foi assim parte integrante da estrutura de manutenção do poderö⁹.

De fato, é com essa realidade que a maior parte dos parágrafos destacados da Constituição de 1988¹⁰ dialoga. Prisão silenciosa, tortura como procedimento dos interrogatórios e como política de Estado, suspensão do habeas-corpus. Ao ser considerado culpado, o preso político era enviado à prisão, e esse era um momento de alívio. Era só então que sua família era informada de seu paradeiro e que se tornava possível a contratação de um advogado para cuidar do caso. Antes do encaminhamento à penitenciária, tudo se dava nos tais *porões da ditadura*¹¹, nos quais era comum entrar e não mais sair.

O outro ponto destacado na Constituição de 1988 dialoga também com os procedimentos autoritários de manutenção do controle da sociedade brasileira por parte do governo: a instituição da censura prévia através do AI-5. Beatriz Kushnir¹², em artigo publicado no livro *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*, analisa o caso do jornal *Folha da Tarde* que,

⁸ Maria Helena Simões PAES. Op.cit., pp. 72 ó 73.

⁹ Maria Helena Simões PAES. Op.cit., p. 73.

¹⁰ A Constituição Brasileira de 1988 está disponível através do site: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>. Acesso em 09 de novembro de 2011.

¹¹ Ao tratar da tortura como política de Estado e, retomando trabalhos de Elio Gaspari, Daniel Aarão Reis afirma não ser possível sustentar a metáfora dos *porões* como referência aos órgãos da repressão, uma vez que eles atuavam nas *salas de visitas* da Ditadura. Ver: Daniel Aarão REIS; Marcelo RIDENTI; Rodrigo Pato Sá MOTTA (orgs.) **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 42.

¹² Beatriz KUSHNIR. õCães de guarda: entre jornalistas e censoresö IN Daniel Aarão REIS; Marcelo RIDENTI; Rodrigo Pato Sá MOTTA (orgs.) **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo / Bauru: EDUSC, 2004, p. 255.

a após o famigerado Ato Institucional, teve grande parte de seus jornalistas demitida, sendo que muito deles foram duramente perseguidos pelos órgãos da repressão.

Percebe-se, destarte, que a Carta que representa a democratização do país traz consigo uma bagagem que remonta à história de repressão. A Constituição aparece como uma forma de dizer não ao regime autoritário que a antecedeu. Mesmo assim, como mostram os atuais conflitos com relação à abertura dos arquivos da ditadura, a herança da ditadura militar ainda permanece como uma sombra, sem que haja ainda a coragem para enfrentá-la. Os traumas permanecem vivos.

O trabalho com a memória.

Como o título do trabalho indica, pretende-se aqui elaborar uma reflexão que tem como centro o entendimento de que o historiador pode fazer uso dos registros da memória como documento. Documento este, porém, como todos os demais, que apresenta certas especificidades.

O tema do esquecimento e da seletividade está presente em praticamente todas as discussões teóricas e metodológicas que são realizadas acerca da memória, mas é válido voltar ao assunto. O que sobrevive à ação do tempo, seja através da história, seja por meio da memória, como já enfatizou o historiador Jacques Le Goff, *é uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa*¹³.

Para Pierre Laborie, *pessoas e sociedades são feitas de memória ó e de lacunas de memória...*¹⁴ Torna-se, dessa maneira, necessário o estudo da

¹³ Jacques LE GOFF. "Documento/Monumento" IN **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 535.

¹⁴ Pierre LABORIE. "Memória e Opinião" IN Cecília AZEVEDO; Denise ROLLEMBERG; Paulo, KNAUSS; Maria Fernanda Baptista BICALHO; Samantha Viz QUADRAT (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 85.

memória e de sua construção, inclusive do que permanece silenciado ó o que Laborie designa por *lacunas* ó para o entendimento da sociedade e de como ela se representa, uma vez que *é através da rememoração de fragmentos do passado que cada memória social transmite ao presente uma das múltiplas representações do passado que ela quer testemunhar*¹⁵.

Já é também patente que a seleção do que deve ser lembrado se dá através de questões próprias do presente de quem lembra. *A memória é menos presença do passado do que escolha do passado, do que uma reconstrução do passado para servir aos fins do presente*¹⁶.

E é na relação entre o passado e o presente que a memória se vincula à opinião. Em outras palavras, a memória de um evento que se constrói e se torna de alguma forma dominante influencia, ainda, na opinião que se forma sobre o mesmo. Nas palavras de Pierre Laborie:

õ[...] a memória intervém na fabricação da opinião pela influência das representações dominantes do passado. Por sua vez, a opinião tem papel decisivo na validação social e na legitimação da memória ao dar credibilidade a seu discurso por meio de sua divulgação, processo que pode ser amplificado pela mídia¹⁷.

Ou seja, para entender a opinião que é atualmente hegemônica a respeito da ditadura militar no Brasil e da resistência a ela é necessário que se recorra ao estudo da memória que essa opinião faz circular na sociedade.

O objeto aqui, porém, não é tão amplo. Essa monografia não pretende estudar a memória da ditadura e nem a da resistência de modo geral. Vale, portanto, explicitar o recorte.

¹⁵ Pierre LABORIE. Op.cit., p. 80.

¹⁶ Pierre LABORIE. Op.cit., p. 86.

¹⁷ Pierre LABORIE. Op.cit., p. 81.

Uma face da resistência: os estudantes politicamente ativos da PUC-Rio entre 1977 e 1981.

Dentre os movimentos de resistência, pode-se destacar o papel dos estudantes, uma vez que sua atuação desempenhou função significativa nos rumos tomados pelo país. Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luis Weis, no artigo *Carro Zero e Pau de Arara*¹⁸, publicado no quarto volume da coleção *História da Vida Privada no Brasil*, destacam dados do *Brasil: nunca mais*, tabulados por Marcelo Ridenti. Segundo tais informações, durante o regime militar, 4.124 pessoas foram processadas, sendo que 3.698 tinham ocupações conhecidas. Dentre essas últimas, 906 eram estudantes. Os estudantes formam, portanto, o maior grupo dentre os processados ao longo do regime ditatorial.

Dentre os estudantes, por sua vez, os da PUC-Rio atuaram de maneira relevante e bastante particular dentro desse movimento mais amplo que reunia jovens de todo o país.

A elaboração do presente trabalho tem como base o acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, no qual atuo como bolsista desde 2007. O primeiro suporte empírico deste texto é constituído por uma gama de documentos escritos, dos quais fazem parte publicações do Diretório Central dos Estudantes (DCE) ó entre 1977 e 1981 ó e das chapas que concorreram para as eleições dessa representação estudantil e das demais entidades representativas.

Tais documentos são, basicamente, propagandas de chapas e informes do DCE e dos Centros Acadêmicos. O objetivo da propaganda política é convencer o indivíduo ó no caso, o estudante ó a escolher determinada pessoa ou grupo ó uma das chapas concorrentes ó para administrar determinada instituição ó o DCE ou os CAs. A natureza da documentação implica no recurso a uma retórica própria, que deve ser levada em conta na hora de interpretar esses textos. No caso

¹⁸ Maria Hermínia Tavares de ALMEIDA; Luiz WEIS. "Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar" IN **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 04, p. 326.

dessas publicações, há, em alguns casos, também a necessidade de atrair o estudante para o movimento estudantil.

O segundo suporte empírico é constituído por entrevistas que foram realizadas com personagens da universidade que atuaram ativamente no movimento estudantil ou que com ele se relacionaram de alguma maneira. Foram entrevistados os, hoje, professores Alfredo Jefferson de Oliveira, do Departamento de Artes e Design, e Marcelo Gantus Jasmin, do Departamento de História; o ex-aluno Bernardo Jefferson de Oliveira; e o padre João Augusto Anchieta Amazonas Mac Dowell, S.J., que, entre 1976 e 1982, foi o reitor da Universidade.

Para a utilização de depoimentos orais, é necessário que haja consciência não apenas do caráter parcial da verdade que vem à tona em todo documento, mas também do particular entrecruzamento entre o tempo lembrado, o passado vivido, e o tempo da lembrança, próprio desse tipo de documentação. Não se pode esquecer que, como participantes ativos do movimento estudantil e cultural na PUC-Rio, os relatos dos depoentes estarão sempre imbuídos de paixões, dificilmente podendo ser caracterizados como imparciais, característica, aliás, que está presente em qualquer documentação, mas que assume, nesse caso, algumas peculiaridades.

É válido ressaltar que, a despeito de suas potencialidades e da valorização que os historiadores dela fazem hoje, existem segundo alguns de seus entusiastas, como o historiador francês Philippe Joutard, limites ao trabalho com a História Oral. Este historiador assinala que é preciso considerar, principalmente, a fragilidade da memória, o esquecimento que dela é parte constitutiva, suas deformações e sua tendência para a construção de lendas e mitos¹⁹. Ao analisar cautelosamente os depoimentos, pode-se perceber que alguns eventos narrados encontram-se misturados com outros nas lembranças dos entrevistados. Esses

¹⁹ Philippe JOUTARD. "Desafios à História Oral do Século XXI" IN **História Oral: Desafios para o século XXI**; Verena ALBERTI; Tânia Maria FERNANDES; Marieta de Moraes FERREIRA (orgs.) Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC ó Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 34.

limites tornam necessária uma preparação por parte do entrevistador, que precisa organizar essas lembranças e fazê-las aparecer, estimulando a memória de seu depoente.

Há ainda um terceiro suporte, composto por fotografias, disponíveis para consulta através do acervo *online* do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*. Na maior parte das vezes, essa documentação imagética abre cada capítulo e com ele dialoga ao longo da reflexão.

A base teórica para o trabalho com a fonte iconográfica é proporcionada por Ana Maria Mauad, que defende que

“A fotografia é uma fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica. O testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida”²⁰.

Mauad chama a atenção ainda para a necessidade, no caso da análise de fontes imagéticas, de educar o olhar para a realização de tal tarefa. Existem elementos que devem ser levados em conta, tais como quem era o fotógrafo e que conhecimento técnico ele detinha. No caso de maior parte das imagens aqui trabalhadas, este é um aspecto que merece especial atenção, pois os fotógrafos eram membros do *Centro Universitário de Fotografia (CUF)*, um centro no qual os alunos da PUC-Rio mais familiarizados com os procedimentos do fazer fotográfico passavam seus conhecimentos àqueles que desejavam aprendê-lo. O CUF era também uma das esferas do movimento estudantil, e estava, no mais das vezes, ligado ao próprio Diretório Central, o que também influencia na seleção do que se deveria ser fotografado.

Através dessa documentação, procuro, ao longo deste texto, analisar os principais aspectos que o movimento estudantil nesta universidade assumiu entre 1977 e 1981. Para tanto, dividi o presente trabalho em três capítulos. No primeiro, procurei definir quem era o estudante da PUC-Rio ao

²⁰ Ana Maria MAUAD. *Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces*. Revista Tempo, Niterói, Departamento de História da UFF, vol.1, n.2, 1996, p. 08.

longo desses anos e como eles se apropriavam do *campus* universitário. No segundo, analiso as transformações sofridas pelo movimento estudantil, com a preocupação constante de relacionar essas modificações com o contexto da sociedade brasileira na qual esses estudantes estavam inseridos e com a qual dialogavam no sentido de organizar a sua resistência. No terceiro capítulo, abordo a forma como esses estudantes politicamente engajados construíram uma representação para o seu movimento, tendo como interlocutores o regime militar e a própria administração da universidade. Por fim, para concluir, busco pensar a respeito da memória do movimento estudantil que se tornou hegemônica, e nas razões pelas quais uma outra memória, a dos estudantes que não compunham correntes de esquerda, acabou por ser silenciada.



Figura 02

I. **Í Já sou um universitário! : agentes e espaços da política estudantil na PUC-Rio.**

“Calouro otimista (demais): Já sou um universitário. Nem acredito. Daqui a cinco anos sou engenheiro.

Voz da experiência: É só receber o carnet de pagamento que você acredita. Olha aí um conselho: esquece esse negócio de cinco anos e se cuida para não dançar”²¹.

O Diretório Central dos Estudantes e as demais entidades estudantis da PUC-Rio, como o Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca (DAAF), que produziu o jornal no qual consta a epígrafe do capítulo, têm como função representar os alunos da Universidade. A questão que se coloca, então, é: quem eram esses alunos?

O perfil dos alunos que estavam na universidade entre os anos de 1977 e 1981 não era exatamente o mesmo daquele de seu alunado atual. Esses estudantes eram, em sua maioria, jovens da geração dos anos 1970/80. O conceito de geração é aqui particularmente útil²² pela especificidade do sujeito e do espaço temporal recortados. Não se trata de um século ou uma década, mas de cinco anos que foram fortemente marcados, por um lado, por episódios como as manifestações ocorridas em 1968 e a institucionalização da ditadura militar através do AI-5 em fins desse mesmo ano, e, por outro, pelo processo de abertura política iniciado no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Esses marcos factuais contribuíram para a constituição de uma determinada identidade dos estudantes da época, que se enxergavam como a vanguarda dos movimentos de resistência ao regime militar.

²¹ DAAF. **Trote: O semanário do calouro** No. 01 (primeiro e último). 1977, Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0014_063. Acesso em 14 de outubro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

O texto acompanha uma charge que faz referência às reivindicações dos estudantes por mais verbas para a educação, o que significaria a diminuição no valor das mensalidades, e por melhores condições de ensino.

²² Parto aqui do argumento de Tatiana Moreira Campos Paiva de que *“é possível compreender a história no compasso das gerações, ritmadas à frequência dos fatos inauguradores [...]”*. Ver: Tatiana Moreira Campos PAIVA. “Geração e cultura política” IN **Memória de filhos de militantes e as heranças políticas de uma geração**. Tese de doutorado. Margarida de Souza NEVES (orientadora). Rio de Janeiro: Departamento de História da PUC-Rio, 2011, p. 71.

Uma geração depende de critérios etários. Trata-se aqui, de acordo com Jean-François Sirinelli²³, do aspecto biológico do conceito. Estudantes universitários estão, majoritariamente, na faixa situada entre os 18 e 24 anos. Dentro deste grupo, predomina o jovem estudante que ainda não dispõe de total autonomia, visto que é ainda sustentado pela família.

No entanto, o aspecto cultural do conceito é igualmente relevante para a sua utilização como instrumento de análise. Este aspecto, por sua vez, é modelado pelo acontecimento inaugurador e pela forma como seus membros se auto-proclamam²⁴, podendo, então, variar dentro mesmo de um grupo etário.

Entre a *auto-representação* e a *autoprocamação* consequentes do sentimento de pertencer a uma determinada faixa etária, inscrevem-se elementos que fazem com que o indivíduo se reconheça como parte de um determinado núcleo geracional. A experiência de um acontecimento inaugurador, quando compartilhada através da memória, desempenha o [...] papel de soldadura social [...]. A memória religa sujeitos que se identificam como parte de alguma coisa e no reconhecimento de uma identidade comum podem ser construídas e autoprocamaçadas as gerações²⁵.

Os estudantes mobilizados politicamente durante os anos ditatoriais se percebiam como pertencentes a uma mesma geração. No caso da periodização aqui utilizada, esses jovens consideravam-se ainda herdeiros de uma geração muito particular, a de 1968.

O período militar no Brasil, que vai do golpe de 1964 à eleição indireta do civil Tancredo Neves para a Presidência da República em 1985, pode ser dividido em três momentos²⁶. O primeiro deles vai de 1964 a 1968, e é marcado por uma relativa liberdade de movimentação por parte da oposição. A mobilização de resistência era realizada fortemente através de passeatas, como a dos Cem Mil,

²³ Jean-François SIRINELLI. A geração. IN Marieta de Moraes FERREIRA; Janaína AMADO (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 133.

²⁴ Jean-François SIRINELLI. Op.cit., p. 133.

²⁵ Tatiana Moreira Campos PAIVA. Op.cit., p. 72.

²⁶ Maria Hermínia Tavares de ALMEIDA; Luiz WEIS. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. IN **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 04, p. 328.

que ocorreu no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968, dentre outras manifestações de rua que ocorreram Brasil a fora. O ano de 1968 foi marcado por uma série de manifestações do movimento estudantil nas ruas, e o estopim dessa efervescência foi o assassinato do secundarista Edson Luís por policiais do Rio de Janeiro durante uma passeata programada para sair do restaurante Calabouço.

O segundo momento vai de dezembro de 1968 a 1974, isto é, da institucionalização da ditadura através do Ato Institucional de número 5 até o início do processo de reabertura política. Esses são *os anos lacerantes da ditadura*²⁷, marcados pelo fechamento do Congresso Nacional por cerca de dez meses, mais uma onda de cassações, pela violência da repressão e pela instituição da censura prévia à imprensa. Muitos dos estudantes que se manifestavam nas ruas pegaram em armas, acreditando ser a guerrilha a única via para a transformação da sociedade. O governo respondeu com a arbitrariedade da polícia política. Foi o período marcado pela tortura corrente de presos políticos, muitos dos quais acabaram assassinados nos já mencionados *porões da ditadura*.

Por outro lado, é esse também o período marcado pelo Milagre Econômico, que tem como um de seus aspectos a melhora de vida por parte da classe média.

O terceiro momento refere-se à transição no sentido de um governo civil, que vai de 1975 a 1984. O início deste período se dá com a eleição de Ernesto Geisel à presidência da República. Aqui, o movimento armado já estava derrotado. Os limites para a oposição ao regime ora se ampliavam ora se retraíam.

É nesse período que os estudantes se reorganizam nas universidades brasileiras. E é nele que atua a geração de jovens aqui estudados. No entanto, não se pode esquecer que os projetos elaborados por eles nesse período de abertura política carregam em si a memória dos projetos elaborados nos períodos anteriores. As categorias *espaço de experiência* e *horizonte de*

²⁷ Maria Hermínia Tavares de ALMEIDA; Luiz WEIS. Op.cit., p. 332.

*expectativas*²⁸, propostas por R. Koselleck *demonstram como são construídos os valores de uma determinada época, compreendidos como o resultado do diálogo entre o que se reconhece como tradição e o que é vivenciado no momento vivido*²⁹.

Portanto, é válido localizar a geração de estudantes politicamente mobilizados entre 1977 e 1981 dentro de um cenário de resistência que lhes é anterior e com o qual eles dialogam, mesmo que seja para recusar seus valores e projetos de futuro. Afinal, *uma geração nunca está remetida somente a si mesma, uma vez que, como qualquer elemento de análise historiográfica, estão inscritas no tempo e no espaço histórico, e por isso estabelecem relações com os universos sociais que as cercam*³⁰.

Os estudantes de uma mesma geração podem vivenciar de maneira semelhante os problemas de seu tempo. Apesar disso, é possível reconhecer distinções entre eles. Lucília Lino de Paula afirma que *a constituição de õunidades de geraçãoõ se origina de uma maior intensidade de vínculo que faz com que os indivíduos de uma mesma õgeraçãõ venham a formar um grupo distinto dos demais jovens*³¹.

Essas õunidades de geraçãoõ estão presentes no movimento estudantil, uma vez que, apesar de pertencerem a uma mesma geração, a significação que cada jovem dá às experiências que vivencia não são sempre as mesmas. Além disso, jovens que pertencem a uma mesma õunidade de geraçãoõ podem se inserir em diferentes õgrupos concretosõ; assim, os estudantes ativos no movimento se dividem em chapas com propostas diferentes para o Diretório Central dos Estudantes, ou optam por integrar grupos de música, de fotografia ou de cinema. Há ainda grupos de alunos que apresentam interseções, participando de

²⁸ Reinhart KOSELLECK. õEspaço de experiência e horizonte de expectativa. Duas categorias históricasõ IN **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

²⁹ Tatiana Moreira Campos PAIVA. Op.cit., p. 80.

³⁰ Tatiana Moreira Campos PAIVA. Op.cit., p. 83.

³¹ Lucília Augusta Lino de PAULA. õMovimento Estudantil: jovens, gerações e trajetóriasõ IN **O movimento estudantil na UFRural/RJ: memórias e exemplaridade**. Zaia Brandão (orientadora). Departamento de Educação da PUC-Rio. Tese de Doutorado, 2004, p. 112.

chapas concorrentes para o DCE e de centros de produção cultural. Sem falar naqueles que resumem sua atividade universitária à presença em sala de aula.

Há ainda outra questão relevante para o trabalho com determinadas gerações. De acordo com a autora supracitada:

Na Universidade há uma constante renovação do estudantado, garantida pelos vestibulares que alimentam o fluxo de novos estudantes a cada semestre, permitindo uma troca de experiência entre grupos mais e menos maduros, que vivenciaram situações e ações diferenciadas, de forma mais ou menos intensa³².

Em outras palavras, em especial entre os estudantes, a transição entre uma geração e outra não é sentida como um corte abrupto. Há uma linha de continuidade, por mais suave que seja. Ao trabalhar com a geração dos anos 1970, por exemplo, não se pode esquecer que ela recebeu influência da geração da década de 1960 e os *anos dourados* da juventude militante e revolucionária, que culminaram nas movimentações de 1968.

Dentro dessa geração de jovens mobilizados, os estudantes universitários, e, dentre eles, os alunos da PUC-Rio possuíam suas especificidades. Por serem universitários, tinham um grau de escolaridade maior que o da maioria dos jovens brasileiros daquele período. Por serem alunos da PUC-Rio, tinham, com algumas exceções então raras, um padrão de vida que permitia o pagamento das anuidades. Eram, em sua maioria, integrantes da elite ou da classe média do Rio de Janeiro e sendo que grande parte habitava na Zona Sul da cidade. O padre João Augusto Mac Dowell, S.J., que se tornou reitor da PUC em 1976, em entrevista ao *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, falou sobre o perfil social do estudante da Universidade no período de sua gestão:

Eles [os alunos da PUC-Rio], naquele tempo, sobretudo, eram pessoas bastante privilegiadas na sociedade brasileira. [...] Creio que hoje em dia haja uma proporção maior de alunos carentes do que naquela época³³.

³² Lucília Augusta Lino de PAULA. Op.cit., p. 109.

³³ João Augusto MAC DOWELL, S.J.. Entrevista realizada por Silvia Ilg para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em maio de 2009, Belo Horizonte. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

Atualmente, o perfil sócio-econômico do estudante da PUC-Rio é bastante variado. Os programas de bolsas de estudos permitem que jovens de classes mais baixas tenham acesso ao ensino universitário na dita instituição. Nas décadas de 1970 e 1980, porém, as políticas de inclusão não tinham tamanha extensão, de maneira que o alunado da PUC-Rio era um grupo mais homogêneo, pertencente às classes média e alta da sociedade do Rio de Janeiro.

Não eram apenas as condições sociais e econômicas que diferenciavam os alunos de outrora dos que circulam nos dias de hoje pelos Pilotis da PUC-Rio. O próprio uso que eles faziam do espaço universitário era outro. Milton Santos escreveu que *são as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido. [...] Assim, considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente, não dá conta da sua realidade histórica*³⁴.

O espaço e a sociedade estão tão intimamente ligados, que esta não pode operar fora daquele. Ou seja, quando uma sociedade muda, os objetos (as formas) são dotados de outras funções. O uso e a significação atribuídos ao *campus* universitário não foram sempre os mesmos desde a transferência da PUC-Rio para a Gávea, em meados da década de 1950. Para ir mais além, os valores atribuídos a ele não são sempre os mesmos nem se considerarmos um determinado espaço de tempo, uma vez que professores, estudantes, funcionários e visitantes não o enxergam de maneira semelhante. Em suma, espaço é sentido de diferentes formas pelos que nele vivem.

O espaço aqui considerado é aquele que integra estudantes de diferentes áreas, uma vez que o *campus* da universidade em questão, por concentrar todas as áreas do saber num mesmo *locus*, propicia esta comunicação. Portanto, não são as salas de aula os objetos principais de estudo, mas os espaços de sociabilidade, a saber: os Pilotis, a Vila dos Diretórios e o antigo Ginásio, onde se localiza, atualmente, a Igreja da PUC-Rio. Esses espaços de sociabilidade, no

³⁴ Milton SANTOS. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 70.

entanto, devem ser analisados enquanto sistema, já que o valor atribuído a um deles pelos estudantes estava relacionado àquele atribuído aos outros.

I.1. Os Pilotis.

Os Pilotis aparecem como um dos verbetes de um glossário que remetia ao léxico próprio da PUC-Rio contidos num jornal produzido pelo DCE e distribuído para os alunos ingressantes nessa universidade em 1978. Dentre os espaços de sociabilidade aqui estudados, os Pilotis são os únicos que constam nessa publicação.

oPilotis: Embaixo dos prédios Frings e Kennedy, e aonde se dão os principais acontecimentos estudantis (Assembléias as mais diversas, peça [SIC] de teatro, etc.) Local de papo e confraternização de todos os estudantes, onde esperamos o professor que não veio, o que vai vir e o que esperamos que não venha nunca mais³⁵.

A entrevista dada por Marcelo Jasmin, hoje professor do Departamento de História e que, como aluno, participou intensamente do movimento estudantil daquele período, explica porque esse espaço está entre os verbetes enquanto não consta qualquer nota sobre a Vila dos Diretórios e o Ginásio. Para ele, *os Pilotis são o lugar mais maravilhosos que a PUC produziu*³⁶. Era este o espaço no qual estudantes de diversas áreas se encontravam no dia-a-dia. Deve-se aqui chamar a atenção para uma das particularidades do *campus* da PUC-Rio. Nele se concentram todas as áreas de saber, de modo que o encontro entre alunos que cursavam os mais diversos cursos se dava de modo natural. Assim, era nos Pilotis que estes jovens se esbarravam. Marcelo Jasmin define este espaço como *universal*.

A análise dos documentos produzidos pelo DCE mostra que foram os Pilotis o espaço privilegiado para o encontro de grande porte entre os

³⁵ DCE. **Boletim do Calouro**. 1978. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_076. Acesso em 14 de outubro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

³⁶ Marcelo JASMIN. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de junho de 2009, no Departamento de História da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

estudantes da cidade e mesmo do estado. Os chamados do DCE para as Assembléias de estudantes do Estado do Rio de Janeiro que ocorriam na PUC-Rio informam que elas se realizavam nos Pilotis. Em uma dessas assembleias, ocorrida em 11 de agosto de 1977, segundo informe do DCE Alternativa, chegou-se a reunir cerca de mil pessoas, entre estudantes e outros setores da sociedade civil³⁷.

A imagem que abre este capítulo, datada de 1978, retrata os Pilotis em vésperas de eleições estudantis. Os pilares mal podiam ser vistos de tantos cartazes que eram neles colados. Além da função estrutural, os Pilotis serviam de suporte para a divulgação da propaganda política elaboradas pelas chapas concorrentes às entidades estudantis. E a politização desse espaço de sociabilidade se multiplicava por tetos, faixas, vigas, quadros de avisos, suportes improvisados pelo chão como o que pode ser visto à esquerda em primeiro plano; transbordava pelo jardim, como evidencia a faixa estendida entre as árvores à esquerda; alimentava uma atividade incessante como indica a escada precariamente apoiada em um dos pilotis e o equilíbrio mais que arriscado do estudante que por ela sobe; inspirava simbologias, como as dos bonequinhos de papel de mãos dadas que representa a chapa Unidade e, certamente, alimentava os debates das muitas rodinhas de estudantes que se multiplicam no espaço aberto desse local que sempre foi a ágora da PUC-Rio³⁸.

O interessante dessa fotografia é perceber como a política estava dentro da vida dos estudantes da PUC-Rio. Mesmo aqueles que não se envolviam diretamente com o movimento estudantil, que optavam por não votar e não frequentar as reuniões realizadas na Vila dos Diretórios, mesmo eles entravam em contato com a efervescência política que marcou essa geração. Ao circular pelos espaços de sociabilidade da Universidade, o aluno acabava por se deparar com a cultura política que marcou esse período. E, como se pode perceber, a

³⁷ DCE. **Informe do DCE**. 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_012. Acesso em 12 de outubro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

³⁸ Margarida de Souza NEVES. ðA Ágora da PUC-Rioð IN **Agenda PUC-Rio 2009**. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da PUC-Rio, 2008.

manifestação de ideais e de projetos políticos não se dava de maneira discreta no *campus*.

I.2. O Ginásio.

Alguns eventos, como, por exemplo, debates políticos, eram realizados no Ginásio. Nesses casos havia sempre um perigo, para o qual o professor Marcelo Jasmin chama a atenção: era preciso que houvesse pessoas suficientes para encher esse espaço:

“Então, se faziam ali [no Ginásio] alguns debates, sim. Mas ali era o seguinte: para você fazer algum debate ali, você tinha que encher. Porque não há coisa mais deprimente para os organizadores do que montar uma atividade dessa e ficar aquela coisa vazia, e você ter que chamar as pessoas que estão passando: ‘Vem cá que é importante’. Não há coisa mais horrível do que isso”³⁹.

Além disso, o Ginásio servia de palco para inúmeros shows, os quais muitas vezes recebiam o apoio do DCE. A contagem de votos nas eleições para os diretórios estudantis era, frequentemente, lá realizada⁴⁰. Segundo o professor Jasmin, isso se dava devido ao perigo do mau tempo, que prejudicaria a realização de tal atividade nos Pilotis.

É claro que, quando se fala de um ginásio, não se pode deixar de lado sua função de espaço para a realização de atividades esportivas. De fato, há no acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio* fotografias de uma partida de futebol feminino lá realizada⁴¹, de autoria do hoje professor Alfredo Jefferson de Oliveira, do Departamento de Artes e Design, em seu tempo de atuação no Centro Universitário de Fotografia (CUF).

³⁹ Marcelo JASMIN. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de junho de 2009, no Departamento de História da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

⁴⁰ Há uma série de fotografias que retratam a contagem de votos das eleições estudantis. Seus fotógrafos foram Alfredo Jefferson de Oliveira e Juliano Serra Barreto, na época membros do CUF ó Centro Universitário de Fotografia. Essas imagens estão disponíveis para consulta através do site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Códigos jf0016 e ak0012.

⁴¹ Essas imagens podem ser acessadas através do site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código ak0013.

I.3. A Vila dos Diretórios.

A Vila dos Diretórios era o *locus* de elaboração dos projetos que guiariam as ações dos estudantes. Era um lugar *quentíssimo*, de acordo com Marcelo Jasmin. Trata-se de um espaço que fora definido pelo na época reitor, padre MacDowell, S.J., como um espaço dos estudantes. Através dessa fala, ele reconhece que sobre esse espaço, ao contrário do que sucedia com os Pilotis e o Ginásio, a ação das autoridades universitárias era bastante relativa, o que ganha particular relevância na voz daquele que então era o reitor. Era lá que, por um lado, aconteciam as discussões políticas e, por outro, encontravam-se jovens envolvidos com arte e cultura, como informou o professor Alfredo Jefferson de Oliveira, na época aluno da Universidade.

õA parte da rua [da Vila dos Diretórios] era o DCE, o DAAF, o CAEL... Enfim, eram movimentos mais mobilizados politicamente. E a parte dos fundos era o CUF com fotografia, o Cine Olho, que estava no finalzinho, com cinema, a Art & Manha com desenho, o Musiclube com música... Todos aqueles puxadinhos ali por trás eram movimentos culturais da Vilaõ⁴².

Apesar dessa separação física, havia contato entre os jovens envolvidos com movimentos propriamente políticos e aqueles voltados para a produção cultural. Era comum, por exemplo, o DCE fazer uso de fotografias tiradas por alunos do CUF em seus panfletos. No acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio* existe um exemplo esclarecedor disso: o professor Alfredo Jefferson disponibilizou para o Núcleo uma fotonovela, elaborada pelo DCE, a respeito da visita de Miguel Arraes à Universidade, em 1979⁴³. Alguns meses depois, o fotógrafo Juliano Serra Barreto, que estava à frente do CUF na época, adicionou a tal acervo as fotografias que foram publicadas na fotonovela, que ele mesmo havia tirado⁴⁴.

⁴² Alfredo Jefferson de OLIVEIRA. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de dezembro de 2008, na Vice-Reitoria Acadêmica da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

⁴³ UNIDADE. Fotonovela õArraes ta aõ. 1979. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0014. Acesso em 12 de outubro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

⁴⁴ Fotografias disponíveis no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>, através do código ak0011.

E mais: há, no acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, uma chamada para o concurso de fotografias organizado pelo CUF, cujo tema era *Eleições na PUC*, e *estava aberto a todos que se interessam por fotografia*⁴⁵.

I.4. O *campus* da PUC-Rio enquanto *Í sistema*l : os exemplos.

A vinda de Miguel Arraes à PUC-Rio é um evento no qual vale a pena nos determos: o DCE organizou, em 1979, a vinda do ex-exilado político e líder da esquerda à Universidade e contou com a autorização da Reitoria, que, por sua vez, reservou um auditório para que Arraes pudesse falar. Neste auditório, cabiam 300 ouvintes. O DCE, sabendo que viriam inúmeras pessoas para a PUC-Rio, montou um palanque nos Pilotis para que o evento pudesse acontecer. Vieram cerca de 3000 pessoas para ouvir Miguel Arraes. A Reitoria, no entanto, não permitiu que Arraes falasse nos Pilotis, insistindo que o evento deveria ocorrer no auditório, e estourou a confusão. Em suma, Arraes não falou, e o evento, tal como planejado, foi frustrado. As fotos que temos mostram lideranças estudantis falando nos palanques montados, provavelmente reivindicando liberdade de expressão dentro do *campus*.

Esta história não foi contada à toa. Nela podemos perceber a interrelação entre, pelo menos, dois desses espaços de sociabilidade que estão sendo analisados: o projeto do evento fora elaborado nas casas da Vila dos Diretórios, que era onde aconteciam as reuniões entre as lideranças estudantis e os jovens envolvidos nos movimentos culturais. O evento, por sua vez, se daria nos Pilotis, onde haveria espaço para acolher os inúmeros ouvintes, de dentro e de fora da Universidade. A repercussão da proibição nos leva novamente à Vila, onde é elaborada a fotonovela para divulgar o que foi considerado como um ato de repressão das autoridades acadêmicas.

⁴⁵ CUF. Concurso de fotografia. S.d. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: ak0018_085. Acesso em 12 de outubro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

Esse não é o único estudo de caso que pode ser feito. Analisemos, então, a PUC-Rio dentro de um evento de âmbito nacional: as eleições para as diretorias da União Nacional e Estadual dos Estudantes (UNE e UEE), também em 1979. A Vila dos Diretórios aparece novamente como local de discussão política e cultural para os estudantes envolvidos com os projetos. Era lá que se selavam alianças entre as chapas que concorriam à UNE e aquelas que lutavam pelo DCE da PUC-Rio ó como, por exemplo, a aliança ente a chapa Unidade e a chapa Travessia. Era lá também que se elaboravam os planos de propaganda política. A respeito disso, temos uma fotografia dos membros da chapa Unidade, que, na ocasião, posavam para a foto oficial de sua campanha⁴⁶.



Figura 03

As fotografias tiradas pelo fotógrafo Juliano Barreto e pelo professor Alfredo Jefferson, ambos membros do CUF, nos permitem perceber a função que tanto os Pilotis como o Ginásio desempenharam para a concretização deste evento. Nos Pilotis (figura 04), podemos ver os estudantes de chapas diferentes empenhados em campanhas em busca de sua eleição. Enquanto, no

⁴⁶ Chegou ao acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio uma série de fotografias posadas dos membros da chapa Unidade. Duas delas na frente de uma das casinhas da Vila dos Diretórios e outras duas nos fundos dessa mesma Vila. Não se sabe qual delas foi selecionada para a campanha, nem se alguma delas o foi, uma vez que não há conhecimento do panfleto na qual tal imagem teria circulado.

próprio pilar, encontra-se colado um cartaz do Mutirão, um estudante, no momento da foto, prende uma faixa da Travessia, enquanto outro veste uma camiseta da chapa Unidade, da qual há também um cartaz preso em outro piloti. Os Pilotis aparecem, na imagem, como um campo de batalha⁴⁷ entre diferentes chapas em sua disputa pelas entidades representativas dos estudantes.

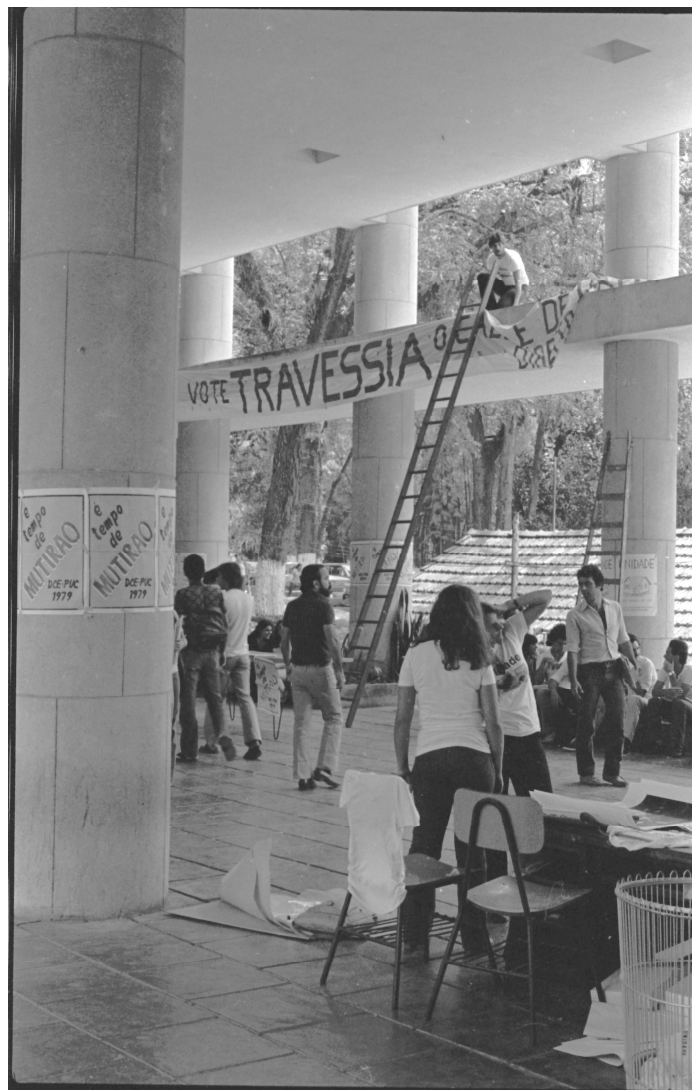


Figura 04

No Ginásio, inúmeras fotos (como, por exemplo, a figura 05) nos mostram a contagem de votos que o depoimento do fotógrafo nos permitiu

⁴⁷ É interessante encarar essa fotografia como um campo de batalha, uma vez que, no instante da em que foi produzida, dois alunos, que provavelmente estavam apenas circulando pelo espaço, já que não vestem camisa de nenhuma chapa, se viraram e parecem se encarar, o que soa como um momento de enfrentamento. Por estarem no centro da imagem, acentuam essa atmosfera de disputa.

identificar como sendo para a UNE e para a UEE⁴⁸. Essa imagem faz parte de uma série de fotografias que retratam esse momento crucial para os estudantes da época. Nesta série, nota-se a intensa mobilização dos estudantes envolvidos não apenas na contagem, mas daqueles que esperavam seu resultado do lado de fora do Ginásio⁴⁹.



Figura 05

Uma análise desses espaços separadamente, portanto, não nos leva à compreensão da abrangência do uso do espaço universitário por parte dos estudantes engajados no movimento estudantil, mas apenas a uma reflexão parcial sobre ele. Para pensar as ações desses jovens ó e entender sua ação não como um comportamento qualquer, mas um comportamento orientado a atingir determinados fins, o que pressupõe um projeto ó é necessário analisar a

⁴⁸ Há ainda uma fotografia na qual aparece um quadro-negro com uma tabela, na qual constam o número de votos para as chapas concorrentes para a UNE e para a UEE, ainda sendo preenchida. Não há dúvidas, portanto, de que são eleições para as entidades regional e nacional.

Esta imagem, de autoria de Alfredo Jefferson de Oliveira, está disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>, através do código jf0015_046.

⁴⁹ Ver também a figura 07.

interrelação entre os espaços de discussão e elaboração dos projetos e de concretização dos mesmos.

Assim, o Ginásio, os Pilotis e a Vila dos Diretórios aparecem enquanto partes que conformam um sistema de objetos, onde se realizam as ações dos estudantes, e deve ser pensado em seu conjunto, de modo a evitar um olhar superficial em relação ao seu uso por parte desses sujeitos.



Figura 06

II. Um retrato da PUC, por liberdade de expressão⁵⁰: o papel das entidades estudantis da PUC-Rio entre 1977 e 1981.

O período que vai de 1977 a 1981 na história da PUC-Rio está dentro do que se convencionou chamar de momento de reabertura política no Brasil. Isso significa, por um lado, que houve alteração nas formas de repressão levadas a cabo pela polícia política do Estado e, por outro, e até como consequência disso, que a sociedade civil encontrou novas formas de se manifestar e de resistir à ordem vigente.

O movimento estudantil também sofreu alterações, já que mantinha profundas relações com a sociedade civil da qual fazia parte. Esse capítulo busca justamente analisar essas transformações ocorridas no movimento estudantil no âmbito da PUC-Rio. Para melhor expor a presente análise, optei por dividir o capítulo em quatro partes: a primeira abrange os anos de 1977 e 1988; a segunda refere-se ao ano de 1979; a terceira diz respeito a 1980 e a 1981; e a quarta, para finalizar, é dedicada às considerações finais.

II.1. 1977 e 1978: Anos de luta pela liberdade.

Muitos documentos elaborados em 1977 enfatizam a necessidade de uma organização regional dos estudantes para o combate à ordem imposta pela ditadura. O espaço da PUC-Rio parece ter sido o local por excelência onde foram realizados encontros e debates entre estudantes de todo o Rio de Janeiro. Além disso, seus estudantes pareciam reivindicar para si a responsabilidade de orientar esta articulação. No trecho abaixo, verifica-se que havia uma consciência de que o *campus* da PUC-Rio era o mais propício para a

⁵⁰ UNIDADE. **Pilotis ou o drama da lotação: um retrato da PUC, por liberdade de expressão.** Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0014_032. Acesso em 23 de outubro de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

realização de manifestações e de que seus estudantes encontravam-se melhor organizados em comparação com os das demais universidades:

Devido à falta de condições políticas, a Manifestação Pública foi transferida para a PUC, onde se viu ser o melhor local pela capacidade de mobilização e organização que os estudantes desta Universidade vêm mantendo⁵¹.

A primeira questão que se coloca é: o que levou os alunos ó ou, pelo menos, os membros do Diretório Central dos Estudantes ó a se acreditarem mais organizados e a enxergarem o espaço de sua universidade como o melhor local para a realização da Manifestação Pública?

Ana Maria Bonjour de Paula Coutinho⁵² apresenta, em sua monografia de conclusão do curso de graduação em História, duas respostas para esta questão. A primeira delas diz respeito ao fato de que boa parte dos alunos da PUC-Rio apoiou, ao menos em um primeiro momento, o Golpe de 1º de Abril de 1964.

Na maioria das universidades brasileiras o Governo Militar suspeitava de qualquer estudante pelo simples fato de ser estudante, na PUC-Rio tinham por certo que contavam com uma forte ala de alunos conservadores⁵³.

Na PUC-Rio, como já foi dito, estudavam jovens provenientes de famílias da elite e da classe média, muitas das quais apoiaram o Golpe. Entretanto, o governo militar aos poucos foi perdendo sua base civil de apoio⁵⁴, na

⁵¹ DCE. "Transferida a manifestação pública para PUC" IN **Informe DCE**. 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>, através do código jf0011_017 ; acesso em 22 de outubro de 2011. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

⁵² Ana Maria Bonjour de Paula COUTINHO. "O Movimento Estudantil na PUC-Rio durante o Governo Militar" IN **Sob a Cruz e a Espada: A Relação do Movimento Estudantil da PUC-Rio com a Reitoria durante o Regime Militar**. Luis Reznik (orientador). Departamento de História da PUC-Rio. Monografia de Graduação, 2004.

⁵³ Ana Maria Bonjour de Paula COUTINHO. Op.cit., p. 39.

⁵⁴ A ênfase aqui está na perda da base civil, porque era nela que se localizavam os estudantes da PUC-Rio. No entanto, não se pode esquecer que as rivalidades entre os próprios militares tornaram-se mais agudas, e muitos dos que participaram ativamente das movimentações de 1964 colocaram-se contra o regime, ou, pelo menos, contra a chamada *linha dura*, que esteve no poder entre 1967 e 1974. "Com a vitória dos ~~alunos~~ que ocorreu num clima de intensificação do conflito militar, Castelo Branco viu cair por terra a tentativa de

medida em que ficou claro que o governo permaneceria nas mãos dos militares e que vinham à tona suas práticas repressivas, como a aplicação da a tortura como política de Estado, uma vez que esta era *executada pelos serviços de inteligência das forças armadas, devidamente centralizadas pelo Governo*⁵⁵. Esta mudança de posicionamento se refletiu nos estudantes da PUC-Rio, e grande parte de seus alunos passaram também a opor-se ao regime imposto.

No decorrer de quatro anos ó de 1964 a 1968 ó, os estudantes da PUC-Rio que imprimiam direção ao movimento estudantil na Universidade enveredaram por caminhos que os levaram de posições caracterizadas como de direita para organizações e posturas políticas de esquerda, até porque a noção de esquerda com que a época operava alargou-se muito⁵⁶. Isso não significa, é claro, que os jovens conservadores tenham passado para a esquerda radical. O que ocorreu foi que os estudantes que antes apoiavam o regime passaram para a oposição, e o jovem que ingressou na universidade durante esse período já veio com uma bagagem política distinta daqueles que aqui entraram durante 1964 ou antes disso.

Em 1969, havia duas chapas em disputa pelo DCE: o Comitê Contra a Farsa Eleitoral e o MRU, cuja sigla não foi decodificada. Apesar de opositoristas em relação ao regime vigente, suas propostas eram um tanto distintas. O Comitê reunia os estudantes da esquerda radical e conclamava uma

estabelecer um suporte político-parlamentar ao seu governo, frustrando a expectativa de muitos dos antigos aliados de participar das decisões políticas que passaram a ser definidas no interior das forças armadas. Localize e cite o trecho transcrito.

Ver: Maria Helena Simões PAES. *ÕOposições e fechamento político* IN **A Década de 60: Rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Ática, 1992, p. 62.

⁵⁵ Daniel Aarão REIS. *ÕDitadura e sociedade: as reconstruções da memória* IN Daniel Aarão REIS; Marcelo RIDENTI; Rodrigo Patto Sá MOTTA (orgs.) **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 42.

⁵⁶ Aarão Reis divide a esquerda dessa época em duas vertentes: os moderados e os radicais. Os primeiros empenhavam-se na redemocratização do país através das vias legais. *ÕSuas propostas tiveram alguma vigência até a edição do AI-5. A partir de então, submergiram, só reaparecendo a partir de 1974, no quadro da política de distensão lenta, segura e gradual [...]õ*. Já os segundos defendiam uma ofensiva revolucionária contra a ditadura por meio da insurreição das massas ou da luta armada. É nesta chave que apresento as chapas concorrentes às entidades estudantis da PUC-Rio como mais ou menos radicais.

Ver: Daniel Aarão REIS. Op.cit., pp. 42 ó 43.

luta violenta contra o sistema, ao passo que o MRU defendia a luta dentro dos limites impostos e era composto pelos que eram tidos como mais conservadores. O MRU recebeu a imensa maioria dos votos, o que demonstra que o setor menos radical da PUC-Rio ainda era mais representativo.

Na década de 1970, porém, a esquerda ó ou as esquerdas, visto que a ideologia, apesar de oposicionista, abrigava uma gama enorme de posições ó já possuía a maior força dentre os alunos da PUC-Rio e, em 1977, era a chapa Alternativa, a mais radical dentre as concorrentes, que geria o DCE. Claramente, a mudança de geração afetou o antigo equilíbrio entre conservadores e radicais na universidade.

Cabe aqui uma discussão a respeito do conceito de cultura política, necessário para entender a fragmentação da esquerda no período ditatorial e a alternância de forças dentro da universidade.

Para Serge Berstein, a cultura política é composta por um conjunto de elementos reconhecido por um grupo como parte constitutiva de sua identidade⁵⁷. O conceito de cultura política está ligado ao universo cultural⁵⁸ de uma determinada época e *corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações*⁵⁹. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta define a categoria como:

õconjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma

⁵⁷ Serge BERSTEIN. õA cultura políticaõ IN **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 350, apud Tatiana Moreira Campos PAIVA. õGeração e cultura políticaõ IN **Memória de filhos de militantes e as heranças políticas de uma geração**. Tese de doutorado. NEVES, Margarida de Souza (orientadora). Rio de Janeiro: Departamento de História da PUC-Rio, 2011, p. 74.

⁵⁸ Entendendo-se cultura õcomo o conjunto de comportamentos coletivos, de sistemas de representação, de valores de uma determinada sociedadeõ. Ver: Tatiana Moreira Campos PAIVA. Op.cit., pp. 74 ó 75.

⁵⁹ Serge BERSTEIN. Op. cit., p. 355, apud Tatiana Moreira Campos PAIVA. Op. cit., p. 79.

identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro⁶⁰.

Assim, a *cultura política* é um aglutinador, uma vez que constitui parte da identidade de um grupo, e funciona como motor impulsionador de suas ações políticas. No entanto, isso não significa que haja uniformidade nas experiências vivenciadas por determinado grupo. *Uma experiência pode originar diferentes percepções ainda que o processo unificador faça parte do jogo*⁶¹. Inclusive, existem, simultaneamente, diversas culturas políticas dentro de uma mesma sociedade, que podem compartilhar zonas de interseção umas com as outras.

oNo convívio entre culturas políticas diversas é possível partilhar referências que originam influências mútuas, sem que seja necessária uma perfeita sintonia, uma vez que encontram-se exemplos de culturas políticas até mesmo antagônicas coexistentes. Apesar de nem sempre concordarem, o diálogo entre elas ocorre, pois as divergências nunca serão totais, já que estão inscritas dentro da mesma cultura global⁶².

A transmissão de uma cultura política se faz através das gerações. Segundo, Berstein⁶³, existem vetores de transmissão da cultura política, e dentre esses vetores pode-se destacar, para o presente estudo, a universidade e os grupos políticos. Mesmo com essa passagem, porém, a geração que se segue tem escolhas a fazer, podendo incorporar em maior ou menor grau a cultura política transmitida.

O que aconteceu na PUC-Rio entre 1969 e 1977 é que a cultura política dominante⁶⁴ foi alterada, o que justifica o fortalecimento de um

⁶⁰ Rodrigo Patto Sá MOTTA. oDesafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografiaö IN **Culturas políticas na história: Novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 21.

⁶¹ Tatiana Moreira Campos PAIVA. Op.cit., p. 75.

⁶² Tatiana Moreira Campos PAIVA. Op.cit., p. 76.

⁶³ Serge BERSTEIN. Op. cit., p. 356, apud Tatiana Moreira Campos PAIVA. Op. cit., p. 77.

⁶⁴ Para Berstein, é necessário tratar as culturas políticas sempre no plural, uma vez que existem culturas políticas que se integram e disputam o mesmo espaço. No entanto, em determinados contextos, há a predominância de algumas delas. Ver: Rodrigo Patto Sá MOTTA. Op.cit., p. 20.

pensamento que em muito se afastava do precedente. Essa transformação pode ser explicada pela própria conjuntura política do país. O aumento da violência e da repressão durante o governo do presidente Emilio Garrastazu Médici (1969-1974) retirou dos estudantes a crença na transformação da realidade política pela via da legalidade, e empurrou muitos deles para a luta armada clandestina. A forma de reivindicação anterior pareceu-lhes inadequada e inoperante. O fortalecimento de posições mais radicais dentro do posicionamento de esquerda mostra uma renovação da cultura política pela geração que se segue à de fins dos anos 1960.

No entanto, como veremos mais adiante, o processo de reabertura acaba por ocasionar mais uma transformação na cultura política dominante, ao passo que se verifica a derrota do movimento armado e abrem-se novas possibilidades de reivindicação. Em 1978 e 1979, o DCE da PUC-Rio é liderado pela chapa Unidade, também de esquerda, mas com uma proposta menos radical em relação à chapa Alternativa, uma vez que esta muitas das vezes apresentava certa desconfiança com relação à oposição através dos meios legais enquanto aquela defendia a luta política dentro da legalidade.

Percebe-se, portanto, que havia uma disputa entre culturas políticas dentro do movimento estudantil, o que se refletia nas organizações de estudantes dentro da PUC-Rio. Tais culturas políticas tinham pontos de contato, sendo possível classificá-las todas como *de esquerda*. A situação política do país, ou seja, a realidade política e social da qual essas culturas políticas faziam parte, contribuía para que elas se alternassem na ocupação da posição hegemônica em determinados períodos, o que pode ser verificado, no caso da PUC-Rio, pelo resultado das eleições para o DCE.

No caso da PUC-Rio, o que se alterou foi essa cultura dominante, e não proponho aqui que se pense que uma cultura política que não existia passou a existir enquanto outra desapareceu. Até porque a categoria de cultura política se refere às médias e longas durações, e não ao efêmero. Uma cultura política está relacionada a crenças e tradições, e não é algo que se possa transformar de um momento para o outro. A situação política, porém, como no caso em questão, pode alterar o peso que cada uma delas exerce em determinado local e isso pode ser pensado, inclusive, em nível nacional, como, por exemplo, a força que a esquerda revolucionária adquiriu após 1968.

O segundo fator que justifica essa maior liberdade dentre os estudantes da PUC-Rio está relacionado à própria administração da universidade. Segundo Coutinho, *por ter o respaldo de uma instituição forte como a Igreja, a PUC estabeleceu alguns critérios políticos próprios que de certa maneira lhe permitiam atuar desvencilhada do Regime Ditatorial*⁶⁵.

A PUC-Rio, mesmo após a Lei 5.540⁶⁶, implementada em 1968, manteve suas entidades estudantis em funcionamento, e estas permaneceram como representantes legítimas de seus alunos junto à instituição, ao passo que, nas demais universidades brasileiras, elas se tornaram meras associações, sem reconhecimento institucional como agências de representação dos estudantes. No texto que escreveu para a Agenda da PUC-Rio de 2009, o professor Marcelo Jasmin abordou exatamente este tema. Segundo ele,

õ[...] a PUC-Rio protegeu o movimento estudantil ao garantir o funcionamento dos seus diretórios acadêmicos em um momento em que praticamente todos os demais eram fechados pela repressão ditatorial⁶⁷.

Isso explica o porquê de estudantes da PUC-Rio se sentirem mais organizados e acreditarem ser o espaço de sua universidade o mais adequado para os encontros regionais que visavam a reconstrução do movimento estudantil. Segue, abaixo, um trecho de uma publicação do DCE e do Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca (DAAF), entidade representativa dos alunos da Engenharia, datado de 1978.

⁶⁵ Ana Maria Bonjour de Paula COUTINHO. Op.cit., p. 39.

⁶⁶ A Lei 5.540, aprovada durante o governo Costa e Silva, fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior, e é conhecida como Reforma Universitária. Mas já a Lei 4.464, a Lei Suplicy, de 1964, dispunha sobre os órgãos de representação estudantil e retirava a autonomia dos mesmos. O decreto-lei 477, de 1969, permitiu aos reitores das universidades expulsar professores e alunos das mesmas por motivos políticos. A Lei Suplicy pode ser acessada através do endereço: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf> . Acesso em 22 de outubro de 2011.

⁶⁷ Marcelo JASMIN. õEncontros e Confrontosö IN **Agenda PUC-Rio 2009**. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da PUC-Rio, 2008.

Este ano na PUC, os DAs e o DCE deram um grande passo na transformação da Universidade. A PUC torna-se no Brasil uma das Universidades onde mais se discute e se debate livremente toda e qualquer decisão ligada à realidade nacional e, portanto, à universidade⁶⁸.

Tanto o documento acima como aquele que informa a transferência da Manifestação Pública defendem a idéia de que os alunos da PUC-Rio gozavam de maior liberdade de discussão em relação aos estudantes de outras universidades. Entretanto, o primeiro é um informe da chapa Alternativa, que esteve à frente do DCE em 1977, e o segundo, da chapa Unidade, eleita para o ano seguinte. Isso parece mostrar que esta ideia era comum a um grande número de alunos, visto que, apesar de opositoristas, estas apresentavam linhas de atuação bastante divergentes no que diz respeito ao combate ao regime militar e à forma de organização do movimento estudantil.

O reitor da PUC-Rio naquele período, padre João Augusto Mac Dowell, S.J., falando sobre a Manifestação Pública realizada no *campus* da Universidade no início do período acadêmico de 1977, reconheceu que tal particularidade existia dentro da Universidade que administrava:

[A manifestação] estava convocada, e vinham não só os estudantes da PUC, mas também um grande número de alunos da Federal, e talvez de outras faculdades, que iriam se reunir na PUC, porque era o único espaço mais ou menos aberto⁶⁹.

Essa liberdade de discussão pode ser ainda percebida através de uma outra fonte um tanto peculiar: o acervo de documentos da Reitoria da PUC-Rio. As publicações das chapas concorrentes e do DCE que servem como base para este texto fazem parte do acervo pessoal do professor Alfredo Jefferson de

⁶⁸ UNIDADE-DAAF. "Introdução" IN **Publicação Unidade ó DAAF**. 1978. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_080. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

⁶⁹ João Augusto MAC DOWELL, S.J.. Entrevista realizada por Sílvia Ilg para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em maio de 2009, em Belo Horizonte. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

Oliveira. Todavia, alguns desses documentos foram citados por Ana Maria Bonjour de Paula Coutinho, cuja fonte fora exatamente o acervo da Reitoria, o que levou o *Núcleo de Memória da PUC-Rio* a procurá-los. De fato, há uma enorme quantidade de publicações estudantis armazenada neste acervo. Em outras palavras, essas discussões políticas que aconteciam na PUC-Rio não eram clandestinas. O reitor da Universidade tinha acesso aos seus panfletos e, ainda mais importante, houve a iniciativa de arquivá-los. Se uma interpretação possível é a de que esse conhecimento e arquivamento implicavam uma política de controle, também é preciso reconhecer que esse controle não se traduziu em ações de coerção da reitoria em relação ao movimento estudantil, uma vez que não houve diminuição na quantidade de panfletos que circulavam pela Universidade.

Em entrevista concedida ao *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, o professor do Departamento de História, Marcelo Jasmin⁷⁰, que participou ativamente no Movimento Estudantil entre 1975 e 1979, afirmou que:

Do ponto de vista do movimento estudantil, 1977 é um ano muito importante. [...] É um período de reorganização das instituições estudantis, das entidades estudantis. [...] A PUC garantiu que continuassem abertas as entidades estudantis, mas, nas universidades federais e estaduais, elas foram dizimadas [...]. Em 1977, você tem um movimento estudantil muito forte. E ele se localiza fortemente na PUC.

Muitas publicações do DCE, datadas principalmente de 1977, fazem referência a encontros regionais ocorridos na PUC-Rio. Abaixo, seguem dois trechos de documentos como estes:

A Assembléia Geral de hoje foi convocada com o objetivo de nós da PUC nos prepararmos para o Ato Público pela libertação dos trabalhadores e estudantes presos que será realizado amanhã, às 12h aqui na Universidade.

Esse Ato Público foi convocado na última Assembléia Regional Estudantil, como forma de mobilizar todos os setores do Rio de Janeiro [...]. Propomos também que se discuta na Assembléia de hoje a possibilidade de entrarmos em Greve Geral a partir de 3ª feira, às

⁷⁰ Marcelo JASMIN. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de junho de 2009, no Departamento de História da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

12h, caso nossos colegas e operários continuassem em presos em São Paulo. Isso porque sabemos que a única defesa e garantia que os companheiros presos têm, é a nossa denúncia e mobilização. A greve da PUC seria uma mobilização que pesaria profundamente no sentido de libertarem esses presos⁷¹.

O Informe do DCE, por sua vez, destaca:

“Ontem (dia 11/08), foi realizada na PUC uma assembléia regional em função das prisões de 23 pessoas ocorridas no período de férias. Na assembléia que contou com cerca de 1000 pessoas entre estudantes e outros setores, foi avaliada a atual situação do movimento estudantil diante dos fatos que estão ocorrendo na sociedade brasileira, particularmente no que se refere aos avanços da repressão que, desde a invasão do campus da UFMG, vem se colocando cada dia mais ofensiva⁷².”

Primeiramente, deve-se destacar a crença, por parte dos estudantes da PUC-Rio, na força de sua mobilização. Acreditava-se, como se pode perceber através do primeiro dos dois documentos acima citados, que uma greve na universidade em questão pressionaria *profundamente* o governo no sentido de libertar os oito presos. Em outras palavras, segundo seus representantes, talvez um pouco otimistas, os alunos da PUC-Rio tinham consciência da força de seu movimento e não vem ao caso discutir se se tratava de mera pretensão ou se realmente sua mobilização tinha a força alegada por eles.

É possível ainda perceber que o DCE da PUC-Rio, naquele momento, preocupava-se, prioritariamente, com questões que excediam os limites da sua Universidade e mesmo do espaço universitário em sentido mais amplo. A presença de alunos de outras universidades e de membros de outros setores da sociedade civil demonstra a amplitude das questões discutidas. Existiam, é claro, questões relacionadas aos problemas que afetavam diretamente a vida acadêmica dos estudantes e como o problema do aumento das anuidades, por exemplo, mas estas pareciam estar em segundo plano.

⁷¹ DCE. **DCE Alternativa propõe**. 1977. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_005. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

⁷² DCE. **Informe DCE**. 1977. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_077. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

Há um documento do DCE, de 1977, que trata da convocação de Plenárias Regionais cujo objetivo seria o de resolver, em conjunto com estudantes de outras instituições, a questão do aumento das anuidades e do problema do repasse de verbas para a educação. No entanto, o assunto discutido foi outro.

õA última Plenária (4/05/77) deparou-se com um fato colocado na ordem do dia pelo próprio cenário político que enfrentamos: diante das prisões ocorridas em São Paulo, estando programadas concentração e passeatas na capital e no interior do Estado pela luta por libertação imediata dos estudantes e operários presos. A Plenária decidiu então que este deveria ser o principal problema a ser discutido. Dessa Plenária foi tirada a proposta de um ATO PÚBLICO pela libertação dos colegas e operários em São Paulo a ser realizada na PUC na próxima 3ª feira⁷³.

Ou seja, a Plenária convocada para discutir a questão do aumento das anuidades acabou por resultar um ato público pela libertação dos presos de São Paulo.

O trecho abaixo foi retirado de uma publicação da chapa Unidade, que concorria para o DCE entre os anos de 1977 e 1978:

õNós achamos que a luta por LIBERDADES DEMOCRÁTICAS no Brasil é a luta que une todos os setores insatisfeitos com o regime. O MOVIMENTO ESTUDANTIL é um dos componentes importantes da oposição democrática, juntamente com diversos setores que agora manifestam firmemente sua oposição ao regime⁷⁴.

A análise deste fragmento demonstra que os estudantes envolvidos com a política viam o Movimento Estudantil como algo inserido em um movimento maior, que englobava grande parte da sociedade civil. Eram problemas de âmbito mais geral, como a prática de tortura como política de Estado, as prisões de estudantes e operários e a repressão à livre circulação de idéias, que preocupavam mais diretamente estes jovens.

⁷³ DCE. **Aos estudantes da PUC**. 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_001. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

⁷⁴ UNIDADE-DAGG. õA Linha Geral da Unidadeõ IN **Publicação Unidade ó DAGG**. 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_057. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

Esses dois anos foram, principalmente, marcados pela reconstrução das entidades estudantis regionais e nacionais ó UEE e UNE. O professor Marcelo Jasmin, em seu relato para o *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, falou sobre o assunto:

õEsse foi o período de reconstrução das entidades do movimento estudantil. [...] vocês vão ver que os diretórios na UFRJ, na Rural, na UERJ... todos eles foram sendo reconstruídos aí. E também a UNE. [...] Nós fizemos a Comissão Pró-UNE, que eram diretórios que existiam em vários lugares do país que se encontravam aqui basicamente. Mas depois começamos a nos encontrar em outros lugares. [...]. E a idéia era exatamente a reconstrução da UNE⁷⁵.

Em suma, os estudantes estavam engajados com questões de âmbito nacional. O DCE da PUC-Rio, por estar em uma instituição onde os estudantes puderam e souberam se manter organizados, assumiu a responsabilidade de agir no sentido de atuar sobre realidade brasileira e, em particular, sobre o movimento estudantil, para além dos muros da própria universidade.

Vale ressaltar que, apesar dessa relativa liberdade, os estudantes da PUC-Rio também sofreram repressão por parte da ditadura militar, embora esta tenha sido em menor escala se comparada à repressão sofrida por alunos de outras universidades. Havia agentes da repressão infiltrados na PUC-Rio, apesar das tentativas, por parte da administração, de impedir sua entrada. Estudantes e professores foram presos e torturados. Seria errôneo, portanto, imaginar que os estudantes da PUC-Rio se consideravam melhor organizados para combater a ordem imposta porque, dentre eles, não havia razões para temer a repressão. Envolver-se com movimentos de oposição ao governo implicava sentir *medo*, e os alunos da PUC-Rio não escaparam desse medo e sabiam muito bem os seus significados. Inclusive, para Marcelo Jasmin, *era natural que uma parte das pessoas não se envolvesse com política. Tanto porque é natural que uma parte das pessoas não se envolva, como havia um grupo grande de pessoas que tinha*

⁷⁵ Marcelo JASMIN. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de junho de 2009, no Departamento de História da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

*medo, porque era uma atividade perigosa*⁷⁶. Havia sempre, portanto, o medo do envolvimento com atividades de contestação da ditadura militar⁷⁷.

O DCE liderado pela chapa Alternativa, às vésperas de novas eleições para o Diretório Central dos Estudantes, fez um balanço do que foi realizado no período de sua administração. Abaixo, está um trecho deste documento:

õA PUC na liderança do movimento regional. A repressão investe. [...] O DCE e as entidades ganham uma representatividade enorme. Da luta contra o aumento das taxas e anuidades, até as mobilizações mais desgastadas, passando pela força das lutas do primeiro semestre, os estudantes assumiram as entidades como seus canais de representação⁷⁸.

Segundo os documentos analisados, apesar de focadas em questões de âmbito nacional, as entidades estudantis sentiam-se representativas dos interesses do corpo discente. Essa situação não tardou a se transformar.

⁷⁶ Marcelo JASMIN. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de junho de 2009, no Departamento de História da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

⁷⁷ O medo com relação à atividade política de esquerda interferia na vida privada daqueles que se mobilizavam. Segundo Marcelo Jasmin, *pais expulsaram filhos de casa por causa disso. Às vezes, não por discordância ideológica, mas por não suportar a ideia de que seus filhos podiam ser mortos, como vários outros foram*. Marcelo JASMIN. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de junho de 2009, no Departamento de História da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

O artigo *Carro zero e pau-de-arara* ajuda a compreender esta interferência. *õNos regimes de força, os limites entre as dimensões pública e privada são mais imprecisos e movediços do que nas democracias. Pois, embora o autoritarismo procure restringir a participação política autônoma e promova a desmobilização, a resistência ao regime inevitavelmente arrasta a política para dentro da órbita privada. Primeiro, porque parte ponderável da atividade política é trama clandestina que deve ser ocultada dos órgãos repressivos. Segundo, porque, reprimida, a atividade política produz consequências diretas sobre o dia-a-diaõ*. Ver: Maria Hermínia Tavares de ALMEIDA; Luiz WEIS. *õCarro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militarõ* IN *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 04, p. 327.

⁷⁸ DCE Alternativa. **Manifesto resistir é preciso ó acima de tudo, é possível**. 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpug.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_013. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

II.1.1 O movimento cultural na PUC-Rio nos anos 1977/1978.

Seria errôneo, entretanto, acreditar que o Movimento Estudantil da PUC-Rio ficara restrito ao plano político *stricto sensu*. A vertente cultural teve papel também significativo naquele momento. O próprio movimento político, por exemplo, beneficiava-se com a produção, as atividades e as manifestações culturais. Shows eram realizados no antigo Ginásio e parte da renda era revertida para o DCE. Além disso, as atividades culturais levavam estudantes menos politizados a entrar em contato com as questões políticas. De acordo com o professor Alfredo Jefferson de Oliveira⁷⁹, que entrou na PUC-Rio como aluno de Engenharia em 1977, a Vila dos Diretórios era um espaço tanto político como cultural. Em trecho já citado de sua entrevista ao *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, ele recordou como era organizada a Vila dos Diretórios, cujas casas localizadas na rua eram ocupadas pelos movimentos propriamente políticos e nas dos fundos ficavam os centros produtores de cultura.

Essa separação física, como já foi dito, não significava que o movimento político e o cultural não se comunicassem. O professor Alfredo Jefferson, inclusive, atenta para as relações entre estes movimentos, afirmando que o Art & Manha produzia imagens para os panfletos elaborados pelos Diretórios, o Musiclube ajudava na organização de show que arrecadavam fundos para o DCE e o CUF (Centro Universitário de Fotografia) fotografava eventos propriamente políticos. Estas fotografias muitas vezes eram utilizadas em folhetos elaborados pelo DCE.

O tema relativo ao vínculo existente entre movimentos políticos e culturais foi abordado também na entrevista com o professor Marcelo Jasmin. Das entrevistas com esses professores se depreende que, apesar da concepção utilitarista ó que certamente havia ó de que atividades culturais atraíam estudantes, õas massasõ, ao movimento político, existia o interesse legítimo por

⁷⁹ Alfredo Jefferson de OLIVEIRA. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de dezembro de 2008, na Vice-Reitoria Acadêmica da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

parte dos jovens em produções artísticas. Os estudantes realmente queriam ouvir Chico Buarque, Paulinho da Viola, entre outros.

Não se deve esquecer, ainda, que não eram apenas os movimentos políticos que eram objeto de ações repressivas. Segundo o historiador Marcos Napolitano, *os espetáculos organizados pelos centros acadêmicos e diretórios estudantis eram particularmente vigiados*⁸⁰. A vigilância sobre o movimento cultural, na década de 1970, principalmente em seus primeiros anos estava intimamente ligada à vigilância sobre o movimento estudantil.

II.2. 1979: Ano de profundas transformações no cenário nacional.

O ano de 1979 foi bastante significativo para a oposição ao Regime Militar. O AI-5 havia sido extinto, assim como o bipartidarismo, e o presidente general João Baptista Figueiredo concedeu anistias parciais que, com o tempo, praticamente esvaziaram as cadeias do país. Nomes como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes puderam retornar ao Brasil ó sendo que os dois últimos vieram falar na PUC-Rio⁸¹.

Todavia, é difícil analisar a forma pela qual a PUC-Rio se inseriu neste momento de profundas mudanças. O *Núcleo de Memória da PUC-Rio* apresenta uma escassez de documentos escritos referentes ao Movimento Estudantil no ano de 1979. O movimento cultural parecia estar bastante ativo, pois os folhetos anunciando mostras de fotografia e de filmes em Super-8 constituem a

⁸⁰ Marcos Napolitano. *A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.24, n.47, 2004, p. 110. Nesse artigo, inclusive, Napolitano faz referência ao relato de um agente da repressão a respeito de um evento de MPB ocorrido na PUC-Rio em 1972, organizado pelos cursos de Direito e de Engenharia. *õO show teve como animador o universitário de direito Arlindo, que apresentou Chico Buarque, Sérgio Ricardo, MPB-4 e outros. O apresentador mencionado... é elemento ativo no meio estudantil, inclusive freqüentando reuniões no DCE, não se omitiu fazendo diversas insinuações em tom de blague, inclusive fez solicitação em nome dos colegas universitários da PUC para que todos lutassem para que fossem soltos os elementos detidos recentemente na PUC...õ*. Percebe-se, através da fonte citada por Napolitano, que os estudantes da PUC-Rio, apesar ainda que em menor escala, sofriam também com a repressão ditatorial, e não escaparam das prisões e da violência que marcaram o regime. Ver: DPF-SDR-RJ / CENIMAR 32/DPS/RS, 2/2/72. Apud Marcos NAPOLITADO. Op.cit., pp. 110 ó 111.

⁸¹ **Nosso Século 1960/80**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

maior parte do acervo documental sobre esse ano disponível para consulta. Este tipo de documento não aparece com tal frequência dentre os anos de 1977 e 1978. Além disso, estão presentes no acervo do *Núcleo de Memória* fotografias de algo que transformou a direção que seguiam as entidades estudantis do *campus*: a eleição para a diretoria da UNE. Nesse momento, os diretórios das principais universidades brasileiras, segundo o professor Marcelo Jasmin, já estavam constituídos.

As consequências que tais transformações na sociedade brasileira geraram no movimento estudantil da PUC-Rio podem, no entanto, ser percebidas quando se analisa os panfletos estudantis produzidos no período imediatamente posterior, isto é, nos anos de 1980 e 1981.

II.3. 1980 - 1981: Uma reorientação das entidades estudantis.

O ano de 1979 foi marcado pela transformação no cenário político brasileiro. Os documentos relacionados ao DCE e às demais entidades estudantis de 1980 e 1981 revelam as marcas que esta mudança deixou no movimento estudantil. Enquanto, em 1977, era possível afirmar que o *DCE e as entidades ganham uma representatividade enorme*⁸², em 1980 e em 1981, o discurso muda. Fala-se em falta de um movimento geral e do enfraquecimento das entidades estudantis.

Não se deve, no entanto, imaginar que esse enfraquecimento se deu, abruptamente, em 1980. Mesmo em 1979 começa-se a perceber sinais de mudança. Um episódio significativo para compreender essa transição é, repito, uma transição e não uma ruptura é o boicote às anuidades realizado por parte dos alunos na passagem de 1979 para 1980.

⁸² DCE Alternativa. **Manifesto resistir é preciso ó acima de tudo, é possível.** 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_013. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

O problema do repasse de verbas do MEC para as universidades tornou necessário um aumento significativo das anuidades da PUC-Rio. O DCE, enquanto entidade representativa dos interesses estudantis, organizou um boicote às mensalidades até que a questão fosse resolvida, defendendo que não deveriam ser os alunos os principais prejudicados em função das políticas governamentais relacionadas à educação. Criou-se uma conta na qual os estudantes deveriam depositar o valor das mensalidades, alegando-se que, estando o problema resolvido, seria só transferir a quantia para a conta da Universidade.

A relação entre representações estudantis e reitoria nesse período foi um tanto ambígua. Em determinados momentos, o DCE afirmava a existência de uma cooperação por parte da reitoria, no sentido de combaterem juntos o corte de verbas. Em outros momentos, porém, dizia-se que a reitoria não estava disposta a entender as necessidades dos estudantes da Universidade, e administração era acusada de querer obrigá-los a pagar uma quantia que excederia suas capacidades financeiras.

Percebe-se, durante todo o período abarcado por esse trabalho, uma relação controversa com a reitoria da Universidade. Por um lado, segundo Marcelo Jasmin, *a direção da PUC ao longo desse período tem uma enorme responsabilidade virtuosa*⁸³, uma vez que esforçou-se por impedir a entrada da polícia no *campus*, o que era fundamental para que as ideias pudessem circular mais livremente pelo espaço universitário. Por outro, e até para evitar a entrada de policiais na PUC-Rio, o reitor negava algumas solicitações dos estudantes, e às proibições se seguiam diversas denúncias nos panfletos produzidos pelas entidades estudantis, acusando a reitoria de conivência com a repressão estatal. Por ser a autoridade constituída mais próxima do cotidiano dos alunos, era frequente o confronto com a reitoria, que se apresentava como o adversário imediato.

⁸³ Marcelo JASMIN. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de junho de 2009, no Departamento de História da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

Apesar dos confrontos, que não eram raros, as partes dialogavam. Em entrevista para o *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, Marcelo Jasmin contou:

“Mas, que eu me lembre, nesse período, sempre houve contato e conversa com a reitoria da PUC. Sempre que os diretórios e os estudantes queriam conversar com a reitoria da PUC, o reitor recebia. E era o reitor que recebia, não mandava seus subordinados. Às vezes, evidentemente, por um motivo ou por outro, [em] assuntos específicos. Mas, em geral, o padre Reitor recebia os diretórios para cuidar desses assuntos mais quentes, mais conflitivos. Então, sempre houve esse diálogo”⁸⁴.

A fotografia que abre o presente capítulo, datada de 1980, retrata uma dessas reuniões entre os líderes estudantis da PUC-Rio com o próprio reitor, pe. Mac Dowell, S.J. A imagem, juntamente com diversos documentos do DCE que relatam os resultados de discussões com a reitoria e da entrevista do professor Marcelo Jasmin, mostra a existência desse diálogo direto entre entidades estudantis e a reitoria da Universidade. Mesmo que nem sempre se chegasse a um acordo, é importante enfatizar que havia espaço para o debate entre ambas as partes.

Na imagem, é possível identificar, além da hoje inconcebível centralidade de um cinzeiro na mesa de reuniões da reitoria, a presença de um número muito significativo de membros do DCE e DAs, entre os quais, no primeiro plano, à esquerda do Reitor, o então estudante de física Francisco Creso Franco, que mais tarde se tornaria professor do Departamento de Educação e, à direita do Reitor, do presidente do DCE, Juarez Precioso. Outra fotografia feita na mesma ocasião atesta que também estiveram presentes outros estudantes na mesma reunião, bem como do Vice-Reitor Acadêmico, Pe. Agostinho Castejón Garcia, S.J. Não deixa de ser relevante constatar que as fotografias do evento foram feitas pelo fotógrafo oficial da PUC-Rio, Antonio Albuquerque e é curioso observar que nem entre as autoridades máximas da PUC-Rio, nem entre as lideranças estudantis haja mulheres.

⁸⁴ Idem.

O que importa destacar desse episódio do boicote, no entanto, é que, na medida em que não se conseguiram resultados positivos em relação à proposta do DCE, os estudantes foram quebrando o movimento e acertando suas contas com a Universidade. O DCE empenhou-se em defender a permanência do corpo discente no movimento, e publicou diversos folhetos na tentativa de incitar o alunado a não desistir do boicote. Esse empenho, porém, não foi suficiente e optou-se em Assembleia Geral pelo fim do boicote. Começou já a ficar claro que o DCE perdia sua força perante os estudantes.

Em entrevista ao *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, o ex-aluno Bernardo Jefferson de Oliveira, que ingressou em 1979 na PUC-Rio, reconhece que o DCE passava por um processo de desgaste naquele momento. Para ele, *a impressão que dava é que já não mobilizava tanto em 1981 como tinha mobilizado em 1980, em 1980 como em 1979...*⁸⁵.

O que levou a esta transformação? O professor Marcelo Jasmin sugere uma relação entre essas mudanças no movimento estudantil da PUC-Rio com as novas formas de organização criadas ou fortalecidas nesse período pela sociedade civil.

Juliana Cordeiro de Farias: É engraçado que nos documentos que nós temos os jornais que as chapas e que até o próprio DCE publicavam dá para perceber que eles pediam aos estudantes que participassem mais. Isso em 1980, 1981. Se queixavam um pouco da ausência dos estudantes, do envolvimento dos estudantes nesse movimento, como se estivesse acontecendo um esvaziamento. Então, nós pensamos que isso podia ter algo a ver com a reabertura [política]...

Marcelo Jasmin: Eu acho que sim. Acho que, a partir de 1980, isso começa sim a acontecer. Até porque quando chega 1978/79 outras categorias que, do ponto de vista do impacto social na sociedade civil e na política, eram muito mais importantes que os estudantes começaram a se mobilizar de modo mais claro. Desde a Igreja, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, até os jornalistas, com a Associação Brasileira de Imprensa. Da OAB, que é a Ordem dos Advogados do Brasil, até [culminar?] naquela coisa extraordinária que foi de onde saiu o Lula, o nosso presidente atual, que eram aquelas greves operárias no ABC. Aquilo representava um tipo de

⁸⁵ Bernardo Jefferson de OLIVEIRA. Entrevista realizada por Silvia Ilg para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 22 de maio de 2009, na UFMG, Belo Horizonte. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

manifestação que era muito mais grave, digamos assim, muito mais séria, de peso muito maior que a dos estudantes⁸⁶.

Além disso, o professor Marcelo menciona a influência do mercado de trabalho que, a partir dos anos 1980, se torna mais competitivo, o que leva os estudantes a se dedicarem mais à *coisa do trabalho*. Isso não significa, continua ele, que, de 1977 a 1979, os alunos não estivessem preocupados ganhar a vida e atuar profissionalmente; eles estavam, mas de uma forma diferente, com uma ênfase diferente. Estavam, segundo ele, *mais preocupados com a cultura, com a manifestação do pensamento, essas coisas. Fazendo muitos shows, uns atrás dos outros, aqui na PUC, mostra de fotografia, teatro...*⁸⁷ O foco do estudante, portanto, também mudou.

As próprias publicações da época demonstram que os alunos estavam conscientes de tais transformações:

Os estudantes [...], após passarem por uma época de intensa agitação, em que eram o único setor do movimento popular a saírem às ruas por questões mais gerais (liberdades democráticas, anistia, etc.), parecem agora, após a entrada em cena do movimento operário, voltados mais aos seus problemas mais específicos [...]⁸⁸.

O trecho acima faz parte da publicação de uma chapa candidata ao C.A. (Centro Acadêmico) de História. No documento, não consta o ano em que foi elaborado, mas há indícios de que data de 1980, uma vez que faz referências à extinção do MDB, ao movimento pró-PT e às lutas pela realização das eleições municipais de 80.

As entidades estudantis, a partir dos anos 1980, tenderam a se reorientar. O que foi considerado como o esvaziamento dos diretórios e centros acadêmicos foi atribuído a um suposto distanciamento entre os estudantes e suas

⁸⁶ Marcelo JASMIN. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de junho de 2009, no Departamento de História da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ C.A. DE HISTÓRIA. "Lamento Nacional" IN **Publicação de uma chapa candidata à diretoria do CA de História**. c. 1980. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_011. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

entidades representativas. Em 1981, o DCE publica que *ao longo dos últimos anos o movimento e as entidades estudantis têm cada vez menos a ver com... os estudantes!*⁸⁹. A função do DCE era, ao invés de discutir problemas de âmbito geral, trazer o estudante para as entidades e, para isso, era preciso tratar de temas que lhes interessassem diretamente. Um novo rumo era proposto para o movimento.

Em publicação daquela mesma chapa candidata ao CA de História, encontra-se o trecho:

õAchamos que a falta de representatividade [de nossa entidade] é fruto de uma crise porque passa o movimento estudantil e pode ser identificada pela pouca participação dos estudantes em suas entidades. [...] Desde o seu ressurgimento em 77 o movimento tem se limitado apenas a responder, quase de improviso, aos atos arbitrários praticados pela ditadura e pelas direções das universidades, ou então problemas de resolução imediata [...] quando estes se tornam insustentáveis. [...] por quanto tempo pode o movimento sobreviver tendo sua prática limitada apenas às denúncias, que se despertam a indignação, não organizam a ação dos estudantes em defesa de seus interesses?⁹⁰.

Os DAs e DCE passam a enfatizar os problemas que afetam a vida acadêmica dos estudantes. Os temas principais são: o problema do repasse das verbas para as universidades, o conseqüente aumento nas anuidades, a decadência do ensino, etc. As entidades esforçavam-se no sentido de se aproximar dos alunos. Uma pesquisa foi realizada ó provavelmente em 1980 ó com o intuito de descobrir qual era a visão que o estudante tinha do Diretório Central dos Estudantes⁹¹. Neste questionário, pergunta-se, por exemplo, o que levou o aluno a votar em determinada chapa para o DCE; se o estudante acredita que o DCE pode resolver os seus problemas; o que o aluno pensa das assembleias realizadas pelo

⁸⁹ DCE. **Essa Coisa Toda: DCE PUC**. 1981. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_013. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

⁹⁰ C.A. DE HISTÓRIA. õPor uma chapa ampla de reconstruçãoõ IN **Publicação de uma chapa candidata à diretoria do CA de História**. c. 1980. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_003. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

⁹¹ DCE. **Pesquisa ó A visão que o estudante da PUC/RJ tem do DCE (Diretório Central dos Estudantes) como representação estudantil**. c. 1980. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Códigos: jf0013_036, jf0013_037, jf0013_038, jf0013_039. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

Diretório; se vê o DCE como seu porta-voz, etc. Enfim, os membros do Diretório Central procuram conhecer o que os estudantes pensam a respeito de sua entidade representativa, o que demonstra uma preocupação em se aproximar dos alunos, em estabelecer com eles um contato mais direto.

O discurso mudou porque os problemas com os quais lidavam os membros do DCE, e os próprios estudantes em sua vida acadêmica, já eram outros.

II.3.1 O Movimento Cultural nos anos de 1980- 1981.

Além do desgaste do movimento propriamente político, parece que houve um desgaste também nos movimentos culturais. Segundo o DCE de 1981:

õNa PUC existem vários centros de criação que estão parados: Centro de Artes Cinematográficas, Musiclube, Revista Proposta, etc. [...] A falta de produção cultural na PUC é gritante; temos idéias e espaços mas as idéias permanecem guardadas e os espaços vazios⁹².

Esse desgaste conjunto dos movimentos políticos e culturais permite reforçar a ligação existente entre eles. Havia, certamente, uma interrelação entre os jovens politicamente mobilizados e os envolvidos com as agências estudantis de produção cultural existentes no *campus*.

Mais uma vez, é necessário enfatizar que esse desgaste do movimento cultural dentro da Universidade não significou um enfraquecimento da esfera cultural dentro da sociedade brasileira. Para citar, mais uma vez, Marcos Napolitano em sua reflexão sobre a MPB, *os eventos musicais ligados ao movimento operário ocupariam os relatórios dos agentes da repressão a partir de 1979*⁹³. O que ocorre é um deslocamento entre os movimentos de reivindicação e

⁹² DCE. *Essa Coisa Toda: DCE PUC*. 1981. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.cpg.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_023. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

⁹³ Marcos NAPOLITANO. *Op.cit.*, p. 116.

das agências que promoviam cultura, e não um esvaziamento da produção cultural.

II.4. Considerações finais.

O movimento estudantil da PUC-Rio exerceu função importante, principalmente entre os anos de 1977 e 1979. Era em seu espaço físico que se encontravam estudantes de toda a região para debater assuntos relacionados à realidade brasileira e ao movimento estudantil.

O processo de reabertura política permitiu que a sociedade civil se organizasse de outras maneiras e em outros espaços. Surgiram, ou se reconstituíram, organizações como associações de moradores, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e estouraram as greves no ABC paulista. Além disso, os diretórios das demais universidades brasileiras se reconstruíram, e com eles a UNE e a UEE. Tudo isso contribuiu para um enfraquecimento do movimento estudantil da PUC-Rio. Os estudantes começaram a se afastar de suas entidades, o que não significa que tenham deixado de combater o regime. O professor Marcelo Jasmin, por exemplo, afirma ter deixado o movimento estudantil, por volta de 1980-81, para dedicar-se à Associação dos Moradores do Rio de Janeiro por acreditar que esta era mais relevante por englobar a cidade inteira⁹⁴.

Este esvaziamento, por sua vez, fez com que as entidades da PUC-Rio se reorientassem e se voltassem para os problemas concretos e mais imediatos da vida do estudante, na tentativa de trazê-lo novamente ao movimento.

O período que vai de 1977 a 1981 é, portanto, bastante intenso e é importante lembrar o papel do movimento estudantil da PUC-Rio não só na mobilização dos alunos dessa universidade, mas no movimento estudantil como um todo e mesmo no cenário político mais amplo. O movimento estudantil da PUC-Rio, nesses cinco anos, passa por transformações significativas, deixando de

⁹⁴ Marcelo JASMIN. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de junho de 2009, no Departamento de História da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

olhar prioritariamente para fora de seu *campus*, para voltar-se para os problemas acadêmicos que afetavam mais diretamente seu corpo discente.



Figura 07

III. O movimento estudantil da PUC-Rio em suas representações.

Para entender a forma como se construiu uma memória relativa ao movimento estudantil na PUC-Rio entre 1977 e 1981, faz-se necessário compreender como os alunos da época representavam-se a si mesmos e ao espaço universitário em que viviam. Para tal, como propõe o historiador Roger Chartier⁹⁵, é preciso apreender as categorias e classificações utilizadas por estes sujeitos em sua percepção da realidade em que viviam, ou seja, o modo pelo qual davam sentido ao real. Rodrigo Motta define representação, em seu sentido amplo, como:

um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.)⁹⁶.

A documentação utilizada para a análise das representações produzidas pelos estudantes envolvidos com o movimento estudantil da PUC-Rio entre 1977 e 1981 é composta pelos discursos produzidos tanto na época quanto posteriormente, sendo estes últimos acessíveis através das narrativas captadas via história oral. Essas representações são aqui entendidas como uma das maneiras de manifestação da cultura política à qual esses jovens se vinculavam.

Algumas observações devem, porém, ser feitas. E a primeira delas diz respeito a quem produz o discurso aqui analisado para que seja possível apreender as representações que eram feitas tanto do movimento estudantil como da própria Universidade, uma vez que *as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros*⁹⁷.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza⁹⁸.

⁹⁵ Roger CHARTIER. "Introdução" IN **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, pp. 16 ó 17.

⁹⁶ Rodrigo Patto Sá MOTTA. "Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia" IN **Culturas políticas na história: Novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, pp. 21 ó 22.

⁹⁷ Roger CHARTIER. Op. cit., p. 17.

⁹⁸ Idem. Ibidem.

No caso aqui estudado, é importante ter em mente que a fala divulgada é aquela produzida por estudantes envolvidos no movimento estudantil, e que, portanto, tinham interesse em construir dele uma imagem positiva, frente à imagem negativa desse movimento propagada pelo governo. Da mesma maneira, e isso se verifica mais a partir dos anos 1980, o próprio conflito com a administração da Universidade se torna tema central no discurso dos estudantes politicamente ativos, em sua intenção de aumentar a participação do corpo discente em suas entidades e de reafirmar a sua importância frente aos assuntos cotidianos dos universitários. São representações do real, portanto, permeadas por interesses e ideologias⁹⁹ de um grupo muito específico.

Este capítulo tem como objetivo entender a forma como os estudantes politicamente ativos na PUC-Rio representavam-se a si mesmos e suas atividades, de modo a relacionar essa representação com o entendimento que apresentavam em relação ao contexto social em que viviam, seja a sociedade mais ampla, seja a realidade universitária.

Far-se-á uma divisão semelhante àquela realizada no capítulo anterior, uma vez que, na perspectiva desse trabalho, houve mudança na forma de representação levada a cabo por esses alunos ao longo do período estudado. Em um primeiro momento, será analisado o período que compreende os anos de 1977 e 1978, abrangendo algo da transição ocorrida em 1979, ano que ocupa um lugar intermediário entre as duas primeiras partes do capítulo. Em um segundo momento, o objeto de análise serão os anos de 1979, 1980 e 1981¹⁰⁰. Por fim, serão realizadas algumas considerações finais.

⁹⁹ Ideologia não é aqui entendida como falsa consciência que mascara a realidade, mas como *um conjunto de ideias que dá forma a determinados projetos políticos*. Ver: Rodrigo Patto Sá MOTTA. Op.cit., p. 27.

¹⁰⁰ Por ser um momento de transição, o ano de 1979 apresenta uma mudança de discurso que ora pode ser aproximada daquele que lhe é anterior, ora se aproxima da fala mais comum nos anos que lhe seguem. Por isso, alguns documentos de 1979 serão analisados junto aos de 1977 e 1978 enquanto outros dialogam melhor com as publicações de 1980 e 1981.

III.1. Í Somos filhos da liberdade e não renegaremos essa condição¹⁰¹: 1977 a 1979.

Em regimes autoritários, como o que foi instituído no Brasil de 1964 a 1985, os que imprimem direção à sociedade procuram estabelecer uma única representação do mundo social. Através de meios coercitivos, como as práticas da censura e da violência, o governo age no sentido de impedir que outras formas de representação circulem. No entanto, apesar de todo esse esforço, o governo militar¹⁰² não foi capaz de impor sua concepção de mundo sem contestações.

As representações do mundo social estão, segundo Chartier, *sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação*¹⁰³.

Nos anos de 1977 e 1978 fica bastante clara a intenção dos jovens que atuavam no movimento estudantil da PUC-Rio de construir uma representação do seu movimento em oposição àquela veiculada pelo governo. A luta de representações fica evidente no discurso propagado pelos folhetos estudantis da época.

Numa publicação do DCE Alternativa, de 1977, há uma seção denominada *Querido diário*, na qual os redatores relatam a suposta reunião ocorrida no diretório, em um tom de explícito sarcasmo.

•
Tivemos reunião hoje no DCE, que começou atrasada como sempre; depois da rotina inicial ó reverência à foto do camarada Lenin e o canto da Internacional Comunista ó começamos com a reunião propriamente dita. O primeiro ponto foi a necessidade de levantar fundos para substituir a foto do camarada Lenin, que de tão velha já está com o

¹⁰¹ Pastoral Universitária de Alunos. **Hoje é dia de eleição e dia de exercer a liberdade**. 1979. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio (<http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>). Código: jf0011_068. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

¹⁰² Refiro-me aqui ao caso brasileiro, sem deixar de notar que nenhum governo na história teve sucesso ao tentar impor sua concepção de mundo a toda sociedade. A historiografia sobre as diversas formas de resistência mostra que, mesmo que clandestinamente, outras formas de representação foram construídas e ganharam circulação até em períodos de maior violência repressiva por parte do Estado.

¹⁰³ Roger CHARTIER. Op.cit., p. 17.

fundo rosa. A ideia inicial, era vender exemplares do "Capital", entretanto algumas pessoas acharam que essa grande obra talvez não despertasse maior interesse entre os outros alunos, de modo que ficou decidido publicar apenas um resumo sob a forma de história em quadrinhos. O Alfredo ficou encarregado de se entender com a WDP (Walt Disney Productions) sobre a questão dos royalties.

Passamos em seguida à emissão de ontem da Voz de Moscou; houve divergências neste ponto, já que alguns camaradas aceitavam a versão oficial soviética de que ontem havia sido realmente a noite mais fria do ano em Moscou, enquanto outros achavam que isto não passava de uma manobra divisionista para encobrir o fato de que as janelas do Kremlin estão cada dia mais sujas. Nesta análise os ânimos se exaltaram e a discussão realmente pegou fogo; aliás como acontece sempre que a gente discute estratégia política.

Tratamos de generalidades e escolhemos uma pessoa para ir ao Consulado Soviético receber nossa ajuda mensal. [...] Mas a grande sensação da reunião foi o rifle M-16 que o Flávio trouxe para nos mostrar. Lindo. Pena que não é nosso, é da célula paulista, que recebeu esse e mais quatro [...].

No final da reunião a Vania chegou com um cara que ela tá catequisando para se juntar à gente. Prá não assustar o cara nós fizemos a nossa encenação de "simples estudantes que se preocupam com a realidade brasileira" e ele engoliu¹⁰⁴.

O sarcasmo consiste na brincadeira que se faz com a representação que o regime fazia circular sobre o movimento estudantil. Em primeiro lugar, o DCE estaria vinculado diretamente à União Soviética através, não só do subsídio financeiro recebido do Consulado, mas também da temática em pauta. A questão de angariar fundos para trocar a foto de Lenin e a superficialidade dos debates em relação ao tempo de Moscou explicitam a ironia do relato produzido.

A imagem do movimento estudantil como necessariamente guerrilheiro, ou para usar a linguagem do governo militar, terrorista, é também abordada quando o texto alude ao lindo fuzil que o Consulado Soviético disponibiliza para os estudantes de São Paulo que, ao contrário dos do Rio de Janeiro, saem às ruas.

No fim da narrativa, porém, esses estudantes expressam a representação que querem fazer hegemônica da atuação do DCE da PUC-Rio, ao

¹⁰⁴ DCE Alternativa. "Querido diário" IN **Jornal de Mão em Mão**. 1977. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: ak0018_022. Acesso em 08 de novembro de 2010. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

dizerem que, para não assustar um possível novo companheiro, fizeram a *encenação de õsimples estudantes que se preocupam com a realidade brasileiraõ*. Está aí, como se pode perceber, um conflito de imagens.

Este trecho, portanto, expõe a existência de uma competição no campo das representações. E, através do próprio discurso dos estudantes, é possível depreender a imagem que a propaganda governista fazia circular de sua atuação.

Em outras publicações essa rivalidade é ainda mais direta. Em folheto de 1977 que faz referência à prisão de oito pessoas, entre operários, professores e estudantes, os redatores afirmam que:

õ[...] como sempre acontece nessas ocasiões, voltam à tona os velhos e desgastados chavões de subversão, manto sob o qual se escondem os mais variados argumentos que procuram justificar as violências cometidas, desde sequestros e choques elétricos às mais requintadas técnicas de tortura psíquicaõ.

õAo pé da letra, subversivo é todo aquele que subverte as leis. Restamos, pois, saber que leis são estas e que interesses defendemõ.

õSim, o subversivo é o operário que luta por melhores condições de vida, por um sindicato livre e por um partido da classe, subversivos são os professores que querem uma associação independente, subversivos são os estudantes que denunciam as prisões, as torturas e lutam por suas entidadesõ¹⁰⁵.

Neste discurso há uma disputa em torno de que sujeitos deveriam ser taxados de subversivos. A ideia é a de enfatizar que as lutas levadas a cabo pelos ditos *subversivos* são legítimas, enquanto as leis que as proíbem não o são. Se, como define o próprio documento, subversivo é aquele que subverte as leis, e sabendo-se que as leis permitem a violência, a tortura e impedem a liberdade de manifestação, há aqui uma tentativa de mudança de pólos no sentido do termo *subversão*, que ganha conotação positiva ante a legitimidade da luta contra as leis impostas.

¹⁰⁵ DCE Alternativa. õLibertem nossos presos!õ IN **Jornal de Mão em Mão**. 1977. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: ak0018_035. Acesso em 08 de novembro de 2010. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

Sobre este mesmo fato, isto é, a prisão de oito pessoas, o DCE Alternativa escreve ainda que:

“Enfim, os 8 operários e estudantes foram presos justamente porque representavam os anseios de milhões de operários e estudantes brasileiros. Foram presos porque lutavam contra a superexploração a que estão submetidos todos os trabalhadores e contra a repressão de um regime que oprime justamente para poder manter a violência da exploração cotidiana¹⁰⁶.”

Assim como na publicação anterior, o texto trata de legitimar a luta de oposição, e de defender a causa dos trabalhadores e estudantes presos que não faziam mais do que lutar por seus direitos. Em contraste, aparece um regime que oprime e que se mantém através do uso da violência.

Em outro documento, produzido pela Pastoral Universitária dos Alunos, em 1979, é o termo *rebeldia* que está em jogo. Trata-se de um incentivo para a participação de todos os estudantes nas eleições para as diretorias da UNE e da UEE, frente às tentativas do governo em intimidar essa participação, e é interessante sublinhar que o emissor do discurso é a pastoral universitária, o que aponta para uma presença de entidades ligadas à igreja católica e que não se omitem, também no campo universitário da luta contra o arbítrio da ditadura.

“O nosso ato não é de rebeldia, pois estamos usando de um direito elementar de decidir qual será o nosso destino. Rebelde é a atitude daqueles que vão contra esse direito¹⁰⁷.”

Aqui a tentativa não é a de valorizar um termo usado pejorativamente pelo governo, como o fora com a ideia de subversão. O que se faz nesse caso é inverter a ordem. Não são os alunos que são rebeldes por votarem em sua representação estadual e nacional, e sim aqueles que tentam impedi-los de

¹⁰⁶ DCE Alternativa. “Ata da Assembléia Geral dos Estudantes” IN **DCE Alternativa propõe**. 1977. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_005. Acesso em 08 de novembro de 2010. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

¹⁰⁷ Pastoral Universitária de Alunos. **Hoje é dia de eleição e dia de exercer a liberdade**. 1979. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio (<http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>). Código: jf0011_068. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

assim fazer. Ou seja, rebelde é o governo com o seu aparato repressivo, que nega à sociedade civil um direito que lhes é muito caro: o direito ao voto.

Vale enfatizar que movimento estudantil da PUC-Rio se representava em aberta oposição à ditadura imposta. Em fins de 1977, a chapa eleita, Unidade, produz um panfleto que trata do sucesso das eleições estudantis que ocorreram na Universidade.

õNuma época em que o direito de eleger governadores e Presidente da República, mediante voto universal e direto, foi subtraído ao povo, a oportunidade de escolher os representantes dos alunos pelo voto é uma preciosa experiência de participação democrática, e só se aprende a participar democraticamente, participando.

Percebe-se a oposição entre a arbitrariedade da situação em que viva a sociedade brasileira, impedida de escolher seus representantes, e a participação democrática que estava estabelecida na PUC-Rio, onde, através do voto, os alunos podiam eleger seus representantes para suas entidades.

O recurso à memória aparece como forma de legitimar o movimento estudantil frente à imagem dele propagada pelo regime. O DCE, em 1978, convida para um Ato Público em homenagem aos dez anos do assassinato de Edson Luis e de Alexandre Vannucchi Leme¹⁰⁸.

õHoje, lembrá-los [Edson Luis e Alexandre Vannucchi Leme] é assumir suas bandeiras de luta: a luta contra a exploração e miséria, contra as péssimas condições de vida e de trabalho a que é submetida a imensa maioria da população brasileira. A luta pela liberdade. Hoje, lembrá-los é denunciar todos os crimes do regime. E, em particular, hoje, é lutar pela absolvição dos 17 presos em julho, é lutar pela libertação dos intelectuais presos recentemente no Paraná¹⁰⁹.

¹⁰⁸ A construção da figura de mártires fortalece as representações que são feitas do passado. Lembrar a morte de estudantes assassinados pela polícia por estarem envolvidos com a militância é uma maneira de se criar uma narrativa que relaciona as ações passadas dos estudantes com as atuais, às quais se procurava incitar. As representações do passado, portanto, eram uma chave importante para as próprias representações do presente e para a constituição de uma identidade que relacionasse esses dois momentos do movimento estudantil.

¹⁰⁹ S.I. **Ato Público (1968 ó 1978)**. 1978. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio (<http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>). Código: jf0014_017. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

A alusão ao passado, e a importância da memória como arma de luta, como se pode perceber, se dá em função de objetivos do presente desses estudantes. É para incitá-los à luta e para denunciar práticas violentas daquele momento levadas adiante pelo regime, que se faz referência aos anos de 1968 e 1973¹¹⁰. Os traços marcantes da violência do regime servem para os estudantes politicamente ativos legitimarem a sua luta, tendo como base, além dos problemas do presente, às atrocidades cometidas no passado. E esse passado, no caso o ano de 1968, é um dos anos marcantes tanto para a resistência ao regime quanto para a repressão estatal.

Através das representações, tanto relativas ao presente quanto ao passado, os estudantes que dirigiam as entidades estudantis da PUC-Rio incitavam seus colegas à ação. Fica claro, portanto, que práticas e representações devem ser pensadas conjuntamente, pois, como afirma Rodrigo Motta:

As representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo, são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade¹¹¹.

Motta defende que há uma mútua determinação entre representações e práticas, o que torna relevante o estudo da forma como os estudantes compreendiam o mundo em que vivem para entender a maneira pela qual eles agiam. Ações e representações são igualmente importantes para a constituição e para a reprodução da cultura política¹¹².

A representação que os estudantes faziam do movimento estudantil, portanto, estava intimamente ligada, por oposição, à representação que

¹¹⁰ Em 1968, Edson Luis foi assassinado, enquanto Vannucchi Leme o foi em 1973.

¹¹¹ Rodrigo Patto Sá MOTTA. Op.cit., p. 23.

¹¹² Idem. Ibidem.

A relação entre representações e cultura política é destacada também por Ângela de Castro Gomes quando esta define a categoria de cultura política enquanto um *“um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar”*. Ver: Ângela de Castro GOMES. *“Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”* IN Martha ABREU; Rachel SOIHET; Rebeca GONTIJO (orgs.) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 47 ó 48.

a propaganda do governo fazia circular sobre o mesmo. Era na negação do imaginário construído pelo regime que os estudantes afirmavam o seu papel e as suas reivindicações. Era uma luta aberta no campo das representações. E só era aberta porque, no *campus* da PUC-Rio, os estudantes tinham espaço para fazer circular seus discursos e suas ideias.

III.2. Í A crise da Universidade¹¹³: De 1979 a 1981.

As mudanças ocorridas na sociedade transformam também a representação do mundo social presente nos discursos dos estudantes envolvidos no movimento estudantil. Os anos de 1980 e 1981, como já foi dito, foram anos de reestruturação das entidades e, portanto, da reconstrução de discursos e de representações. Há, porém, um ponto chave presente em praticamente todos os panfletos da época analisados: a degradação da Universidade ocasionada pela política educacional do governo militar. O corte de verbas é o tema central que perpassa o período.

Se você perguntar pra qualquer estudante qual o maior problema da universidade atualmente, a resposta provavelmente vai ser a falta de verbas. E não é à toa: o problema nos atinge de todas as formas. [...] A deterioração de todos os serviços prestados pela PUC, não apresenta apenas essa dimensão crítica, mas está se tornando também caricata, chegando ao cúmulo de faltar papel higiênico nos banheiros¹¹⁴.

Esse trecho faz parte de um documento publicado pelo DCE *Essa Coisa Toda*, em 1981, e ilustra as dificuldades que a crise financeira sofrida pela PUC-Rio gerava no cotidiano dos estudantes. A bandeira do DCE e das chapas que concorriam para as entidades estudantis estava fortemente ligada à discussão do problema do repasse de verbas para as universidades.

¹¹³ S.I. **A crise da Universidade e a necessidade de um D.C.E forte para ajudar a resolvê-la.** c. 1981. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio (<http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>). Código: jf0013_026. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

¹¹⁴ DCE. **Essa Coisa Toda: DCE PUC.** 1981. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_014. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

Já em 1979, a chapa Travessia, que concorria ao DCE, chamou a atenção para o problema das condições de ensino agravadas pelo problema do repasse de verbas.

É alarmante a situação da Universidade brasileira: A cada dia agrava-se a falta de verbas, a falta de professores, pioram as condições materiais de ensino e a Universidade torna-se cada vez mais um terreno estéril, incapaz de produção intelectual¹¹⁵

Aqui, contudo, não é simplesmente às dificuldades sofridas pela PUC-Rio, em razão de sua natureza institucional, que o panfleto faz referência. Ao contrário, enfatiza que se trata de um problema que atinge a universidade brasileira como um todo, e, portanto, também a PUC-Rio.

No entanto, há aqui uma confusão no que se refere ao *inimigo* a ser enfrentado pelos estudantes. Em algumas publicações, acusa-se o próprio governo por tentar superar a crise econômica através de cortes em áreas sociais prioritárias, como educação e saúde. Um exemplo encontra-se no trecho abaixo, contido na publicação de uma chapa concorreu para o DCE, provavelmente em 1981:

A omissão ou falta de respostas do MEC para as reivindicações por mais verbas vindas das universidades aguçaram ainda mais as

¹¹⁵ TRAVESSIA / CAEL. **Jornal Travessia CAEL**. 1979. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: ak0018_056. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

Logo abaixo, neste mesmo documento, diz-se o seguinte: *“Precisamos criar um amplo movimento na sociedade brasileira que lute pela defesa de nossa Universidade, um movimento que seja capaz de unir professores, profissionais de diversas áreas e a população em geral. Entendemos o ensino Universitário como um patrimônio da nação brasileira, portanto faz-se necessário que o defendamos”*. Pode-se perceber aqui uma mudança importante: ao longo de 1977 e 1978, de acordo com os documentos analisados no capítulo anterior, o movimento estudantil da PUC-Rio se incumbia da função de atuar junto a outros movimentos da sociedade civil em prol de interesses que eram vistos como comuns. Isso é perceptível até pelo slogan do DCE de 1977, que era *Liberdade a quem trabalha*. Era o movimento estudantil em greve devido a prisões de operários, por exemplo. Aqui, o que aparece é o movimento estudantil pedindo a ajuda de outros setores da sociedade para resolver problemas próprios dos universitários, tidos como problemas comuns.

O que quero destacar aqui é que esse período da história brasileira assistiu a um pacto entre diversos setores da sociedade civil, e os assuntos que poderiam hoje ser interpretados como particulares a determinados grupos eram tidos como de questão nacional, a serem resolvidos em conjunto. Artistas, jornalistas, estudantes, operários e diversos profissionais se uniram contra o regime. Um exemplo era a realização de shows com grandes nomes da MPB cujos rendimentos eram destinados aos operários do ABC paulista que estavam paralisados. Os próprios estudantes levantavam fundos para auxiliá-los. Foi um momento de intensa articulação civil na sociedade brasileira.

contradições entre a política educacional do governo e as aspirações da comunidade universitária [...]ö¹¹⁶.

Outro documento, publicado por uma chapa que concorria para o DCE em fins dos anos 1980, também atribui ao governo militar a responsabilidade pelo estado em que se encontrava a educação no país, e, conseqüentemente, a PUC-Rio.

õNossa universidade atravessa uma profunda crise financeira, fruto da nefasta Política Educacional do Governo Militar, que tem como ñlógicaõ o repassamento [SIC] do ônus da Educação para o bolso dos estudantesö¹¹⁷.

Em outras publicações, porém, os estudantes denunciavam as ações da reitoria¹¹⁸ no sentido de não abrir a discussão do problema financeiro e de suas conseqüências para os alunos e professores da instituição. O discurso continua a combater o autoritarismo, mas transfere-se o objetos das acusações, muitas das vezes, do governo para a reitoria. O DCE *Essa coisa toda*, publica, em 1981, que, *no meio deste ano a comunidade universitária foi mais uma vez surpreendida pelo autoritarismo e o pouco caso com que a Reitoria a trata*¹¹⁹. Os estudantes relacionavam a crise financeira vivenciada pela Universidade com atitudes tidas como arbitrárias por parte da reitoria, dentre elas a demissão de professores. Em documento também de 1981, uma chapa candidata ao DCE defende que:

õOutro ponto à ser observado é a perspectiva colocada hoje, mesmo na PUC, de adaptar a Universidade à conjuntura da falta de verbas com

¹¹⁶ S.I. **A crise da Universidade e a necessidade de um D.C.E forte para ajudar a resolvê-la.** c. 1981. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio (<http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>). Código: jf0013_026. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

¹¹⁷ CRIAÇÃO. õVerbas na PUCõ IN **Uma proposta para um novo DCE.** 1980. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio (<http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>). Código: jf0013_045. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

¹¹⁸ Os conflitos entre estudantes e a reitoria não são exclusivos dos anos posteriores a 1980. Já aparecem alguns desentendimentos em documentos anteriores. No entanto, a relação parece deteriorar-se neste período, devido, principalmente, ao aumento das mensalidades gerado pela crise financeira da Universidade. Pelo menos, os problemas com a reitoria são significativamente mais frequentes nas publicações das entidades estudantis a partir de 1980.

¹¹⁹ DCE. õEstatutosõ IN **Essa Coisa Toda: DCE PUC.** 1981. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_020. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

implicações diretas na degradação do ensino e no cerceamento da livre organização de estudantes e professores, e de seus mecanismos de influência nas decisões da Universidade e de discussão democrática [...] como forma de viabilizar esta política¹²⁰.

Nesse sentido, a reitoria passa a ser vista como rival dos estudantes, na perspectiva das chapas que concorriam às entidades, por limitar a sua participação na vida cotidiana da Universidade. Isso aparece na pesquisa realizada pelo DCE, provavelmente em 1980, para saber o que os alunos pensavam de suas entidades. Em duas das questões presentes no documento, o questionário faz referência à reitoria da Universidade. Em uma delas, a administração aparece como uma das possíveis causas para a incapacidade do DCE em resolver os problemas dos estudantes.

06. [...] o que acha que leva o DCE a não conseguir resolver plenamente os problemas estudantis?

- Falta de mobilização por parte dos estudantes.

ó Insuficiência de recursos financeiros.

ó Problemas burocráticos internos (divergências políticas, etc.).

ó Atitude da reitoria, que na maioria das vezes está em oposição, tentando desarticular a ação do DCE.

ó Não sei.¹²¹

Não há registros do resultado dessa pesquisa, mas a própria formulação das questões é interessante na análise de como os estudantes do DCE, que produziram este documento, representavam o seu movimento e a própria reitoria da Universidade. Na questão de número 06 (seis), a reitoria aparece como um dos possíveis entraves para que o DCE conseguisse atingir os seus propósitos. O fato de haver essa opção, é claro, não significa que os dirigentes do DCE atribuíssem suas falhas à reitoria, mas, pelo menos, pode nos levar a concluir que, por estar entre as opções de resposta, eles imaginavam que existissem alunos que pensassem dessa maneira.

¹²⁰ S.I. **A crise da Universidade e a necessidade de um D.C.E forte para ajudar a resolvê-la.** c. 1981. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio (<http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>). Código: jf0013_026. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

¹²¹ DCE. **Pesquisa ó A visão que o estudante da PUC/RJ tem do DCE (Diretório Central dos Estudantes) como representação estudantil.** c. 1980. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> . Códigos: jf0013_036, jf0013_037, jf0013_038, jf0013_039. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira

A acusação à reitoria de autoritarismo pelos os estudantes que dirigiam e participavam das entidades estava relacionada a uma de suas plataformas: a luta por maior representatividade do corpo discente nos órgãos colegiados, de modo a interferirem mais ativamente nas questões de ensino que lhes afetavam.

Em 1979, o assunto da representação dos estudantes nas decisões universitárias estava em pauta. A chapa Travessia, candidata ao DCE em 1979, utilizou o passado como forma de fortalecer essa luta por maior representatividade na PUC-Rio.

õA luta pela participação estudantil na gestão da universidade é histórica, sendo que a reivindicação tradicional era a de participação igualitária, ou seja 1/3 dos órgãos colegiados preenchidos pelos estudantes. [...]

Hoje, a legislação permite até 1/5 da representação estudantil nos órgãos colegiados, entretanto, a maioria das escolas não asseguram a representação estudantil, entendemos, dessa forma, ser necessário a luta pela representação legal; guardando-se a perspectiva de conseguir 1/3 de representação¹²².

A luta pela participação democrática permanece, mas parece que a atuação dentro da própria Universidade ganha força. Esse olhar para dentro, isto é, essa atenção para com os assuntos internos da PUC-Rio, faz parte da já mencionada estratégia de se aproximar do conjunto dos estudantes, que pareciam se afastar de suas entidades.

Outro elemento que aparece com frequência no discurso elaborado pelos estudantes que atuavam nas entidades estudantis nesse período é a democracia participativa. No documento de fins de 1977, publicado pelo DCE recém-eleito, há um elogio à participação dos alunos nas eleições de suas entidades representativas através do voto. Nos anos de 1980 e 1981, porém, pede-se mais dos estudantes. Isso pode ser interpretado de duas maneiras: por um lado, pode-se supor que os alunos efetivamente participassem mais em 1977 e em 1978, e que, como resultado, não existisse a necessidade, por parte das entidades, de

¹²² TRAVESSIA / CAEL. **Jornal Travessia CAEL**. 1979. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Códigos: ak0018_057 e ak0018_58. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

incentivarem essa participação que já ocorria voluntariamente; por outro lado, existe a hipótese de que o tema da democracia participativa tenha ganhado força conforme a ditadura abrandava seu viés mais autoritário com a abertura política. A segunda opção parece ser mais coerente, pois, como já foi afirmado em capítulos anteriores, o ano de 1979 trouxe mudanças para o cenário político que permitiram a organização da sociedade civil de outras maneiras, abrindo o campo para se pensar em que forma de democracia deveria ser implantada com o fim do regime, que parecia aproximar-se.

III.4. Considerações finais.

Se, de 1977 a 1979, a representação que os estudantes politicamente ativos faziam do movimento estudantil da PUC-Rio se estruturava em contraste com a imagem dele divulgada pelo regime, a partir de 1979/1980, essa representação entra em diálogo com a própria situação da Universidade.

Em ambos os períodos, porém, o que se combate é o autoritarismo que os estudantes percebiam, seja no governo, seja na administração da PUC-Rio. E a proposta defendida pelas entidades é a da via democrática.

A participação dos estudantes em suas entidades é largamente incentivada através da ênfase de que é na ação conjunta que se muda a realidade. Essa defesa da união dos estudantes em torno de suas entidades pode ser encontrada, por exemplo, nos *slogans* das chapas. A Unidade tinha como frase de abertura de seus panfletos *Mais vale um passo com mil do que mil passos com um*¹²³. A chapa Mutirão, que concorreu em 1979 para a diretoria da UNE e da UEE, como atesta a foto tirada no *campus* da PUC-Rio por ocasião da contagem dos votos para tal eleição, tinha como lema *O que um braço não faz, mil braços hão de fazer*. Esta imagem, que abre o presente capítulo, mostra também um cartaz de outra chapa, a Novação, que também apostava no tema da participação

¹²³ UNIDADE. "Demonstração dos princípios da chapa Unidade" IN **Manifesto Unidade**. 1977. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq-puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_014. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

ao escrever em sua faixa que *Só a nossa mobilização conquista vitórias*. Além dos cartazes, significativos em relação ao discurso e à representação que tais chapas faziam de si e do movimento do qual participavam, aparecem os próprios estudantes envolvidos, acampados na PUC-Rio, provavelmente a espera do resultado das eleições. Grupos conversam, uma moça mexe no cabelo, enquanto muitos dormem. Em torno das faixas que incitam a mobilização, encontram-se os sujeitos mobilizados, que, muito possivelmente, aguardam com ansiedade e cansaço o resultado de seu trabalho. E esses grupos se mostram e se comportam, no *campus*, e mais precisamente na Vila dos Diretórios, como em território próprio. Aqui, a representação e as práticas aparecem em um mesmo cenário.

Se a democracia e, conseqüentemente, a oposição ao regime autoritário e a qualquer forma de autoritarismo são as categorias através das quais esses estudantes representavam seu movimento e davam sentido à realidade com a qual se deparavam e se confrontavam, a forma como elas eram abordadas variaram. Pediu-se muito, entre 1977 e 1979, a participação dos estudantes através do voto em momentos de eleição estudantil, o que não significa que não fosse dada importância para a participação do aluno no cotidiano das entidades, e parece indicar que a participação pelo voto, fundamento de sua legitimidade e expressão mais imediata de suas reivindicações, não chegava aos patamares desejados pelos que imprimiam direção ao movimento estudantil. A partir de 1979/1980, porém, a ênfase nessa participação mais assídua é mais frequente nas publicações, o que permite concluir que a própria ideia de democracia participativa ganhava força, entre as alternativas que se abriam, para a forma de governo que sucederia o regime autoritário. Essa ideia se expressava no cotidiano do movimento estudantil na Universidade.



Figura 08

Conclusão: Í E a ditadura, quem a apoiou?Í¹²⁴

õA memória tem uma função militante. Ela sacode a indiferença, luta pelas causas que considera justas, denuncia o que lhe parece intolerável, celebra o que lhe parece admirável. Exprime convicções de cidadão¹²⁵.

Há uma memória consolidada a respeito do movimento estudantil na PUC-Rio: a de que seus estudantes politicamente mobilizados eram, em sua totalidade, ou quase, partidários das chamadas correntes de esquerda. Certamente, a vinculação entre o *ser estudante* no período ditatorial e as atuações no campo das esquerdas não é próprio somente do caso dessa Universidade. Mas, sendo ela o objeto específico desse trabalho, é a memória construída por seus estudantes que foi tratada neste trabalho.

Faz-se necessário retomar, mesmo que brevemente, a discussão a respeito da ideia de memória que, segundo Daniel Aarão Reis, sempre *guarda um valor em si mesmo, tornando-se documento*¹²⁶. A memória, por ser seletiva, não raro oculta, silencia, alguns aspectos, em nome de interesses do presente, no qual está sempre imersa, e devido às preocupações com o futuro que a caracterizam. As memórias presentes numa sociedade, porém, assim como no caso das representações, estão constantemente em batalha. Há uma disputa também no campo da memória. A memória vencedora pode vir a se tornar hegemônica, mas jamais será exclusiva. E, às vezes, *os derrotados de ontem, na luta aberta, podem ser os vitoriosos de amanhã, na memória coletiva*¹²⁷. Se as esquerdas foram derrotadas durante a ditadura¹²⁸, não o foram na batalha no campo da memória.

Os capítulos anteriores tiveram como objetos de análise documentos que contribuíram para a construção de uma representação e de uma

¹²⁴ Daniel Aarão REIS. õDitadura e sociedade: as reconstruções da memóriaö IN Daniel Aarão REIS; Marcelo RIDENTI; Rodrigo Patto Sá MOTTA (orgs.) **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 50.

¹²⁵ Pierre LABORIE. õMemória e Opiniãoö IN Cecília AZEVEDO; Denise ROLLEMBERG; Paulo, KNAUSS; Maria Fernanda Baptista BICALHO; Samantha Viz QUADRAT (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 86.

¹²⁶ Daniel Aarão REIS. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Revista Estudos Históricos, CPDOC/FGV, vol. 23, n. 45, 2010, p. 172.

¹²⁷ Daniel Aarão REIS. Op.cit., 2004, p. 30.

¹²⁸ õEntretanto, os tempos eram mesmo desfavoráveis às esquerdas. Em suas múltiplas organizações e partidos, cada ala a seu modo, ambas [a esquerda radical e a moderada] foram derrotadasö. Ver: Daniel Aarão REIS. Op.cit., 2004, p. 43.

memória do movimento estudantil da PUC-Rio, ocorrido entre os anos de 1977 e 1981. E aqui estão incluídos tanto os panfletos que circulavam pelo *campus* como as fotografias e as memórias individuais, às quais acessamos através das entrevistas realizadas pelo *Núcleo de Memória da PUC-Rio*. Em outras palavras, a memória, enquanto documento a ser trabalhado pelo historiador, perpassou toda a elaboração da presente reflexão.

Alguns pontos, porém, ficaram silenciados, porque assim o ficaram nos documentos produzidos pelos próprios estudantes e não receberam menção nas entrevistas realizadas. Trata-se aqui de silêncios, e não de esquecimento¹²⁹. Refiro-me à memória dos estudantes favoráveis ao regime militar ou que pretendiam ter uma atitude de neutralidade, isto é, que não se enquadravam no que era visto como *de esquerda*.

Os estudantes vinculados a tendências de direita da PUC-Rio permaneceram ocultos na memória que hoje se tem do movimento estudantil nessa Universidade entre 1977 e 1981. Não havia chapas concorrentes às entidades representativas que fossem abertamente favoráveis ao regime. Todas elas implicavam resistência. O professor Marcelo Jasmin¹³⁰, em entrevista ao Núcleo de Memória, abordou o tema do posicionamento majoritariamente de esquerda adotado pelos estudantes da época.

Juliana Cordeiro de Farias ó Nessa época, havia muito estudante de esquerda. [...] E quem não era? Como era a relação dos alunos que não eram de esquerda ou que não se envolviam como política?

Marcelo Jasmin ó Era natural que uma parte das pessoas não se envolvesse com política. Tanto porque é natural que uma parte das pessoas não se envolva, como havia um grupo grande de pessoas que tinha medo, porque era uma atividade perigosa. Então, havia pessoas que, em suma, se sentiam obrigadas moralmente a agir mesmo que elas sentissem medo, porque a situação era de tal ordem que era impossível

¹²⁹ *As fronteiras desses silêncios e não-ditosos com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.* Michael POLLAK. *Memória, esquecimento e silêncio*. IN *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989, p. 08.

¹³⁰ Marcelo JASMIN. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, em 06 de junho de 2009, no Departamento de História da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

você existir no mundo ó sendo jovem ainda por cima ó em que o teu horizonte fosse isso, uma ditadura militar.

Como se pode notar, Marcelo Jasmin dividiu os estudantes da Universidade em dois grupos: os de esquerda e os que não se envolviam com política, e estes últimos não o faziam muitas das vezes por medo, e não pelo desejo de que o regime permanecesse vigente. Através desse discurso depreende-se a ideia de que ser jovem na época levava, quase que obrigatoriamente, a uma posição de contestação ao governo.

Dentre os documentos analisados, existe um, de 1977, que se refere aos *elementos estranhos* presentes no movimento estudantil.

õMas pra gente que transa no dia a dia da escola o papo é outro. A infiltração de que falam existe, mas não é de subversivo não. São as próprias autoridadesø que mandam seus elementos estranhos pra cá. É um tal de policiante (mistura de policial e estudante) andar de um lado pro outro no pilotis que não acaba maisö¹³¹.

Esse estudante *infiltrado no movimento estudantil* ó infiltrado porque não fazia parte verdadeiramente dele ó não era simplesmente um estudante, era um policiante, ou, em outras palavras, policial que se fingia de estudante. O documento, elaborado pelo DCE Alternativa, dá as indicações de como descobrir um policiante através de sua aparência, vestimenta¹³² e comportamento.

õE se você depois disso, ainda não descobriu o seu policiante, não desanime, vá ao meio dia para o centro do pilotis e grita bem alto: Pega! Pega! Pega! Quem sair correndo, na certa será um delesö.

Desta maneira, os representantes dos estudantes que ocupavam o DCE da PUC-Rio em 1977 identificam esse policiante de que falam mais a um policial do que a um estudante propriamente dito. O infiltrado, portanto, o agente defensor do regime, não faz parte do grupo, não é um legítimo participante do

¹³¹ DCE Alternativa. **Jornal de Mão em Mão**. 1977. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: ak0018_011. Acesso em 08 de novembro de 2010. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

¹³² Pelo vestuário, era difícil reconhecer um policiante, afinal ele õse veste como um estudante normal, isto é, calça de tergal ou [ilegível] larga, camiseta do Mengão, sapato Vulcabras sem meia e uma boina displicentemente caída sobre o olho direitoö.

movimento estudantil, mas um policial disfarçado para coletar informações e passá-las aos órgãos da repressão¹³³.

As publicações das entidades e as memórias individuais dos envolvidos que prestaram depoimento ao *Núcleo de Memória*, portanto, silenciam a respeito da existência de estudantes de direita, não vinculados diretamente ao governo. E neste silêncio estão também as fotografias. Todas as imagens que abriram os capítulos precedentes mostram a mobilização de esquerda na PUC-Rio. Qualquer uma delas poderia abrir a conclusão deste trabalho. A que foi selecionada, porém, pertence a uma série de fotografias que retratam um evento já mencionado: a visita de Miguel Arraes à PUC-Rio em 1979, no contexto das anistias.

Nessa imagem, como ocorre com a maioria das fotografias da série, Arraes não aparece. Em destaque está um representante da Unidade que se dirige aos três mil estudantes¹³⁴ que se colocaram nos Pilotis para ouvir o exilado, recém-anistiado, falar o que, de fato, não ocorreu. Acima dos estudantes espectadores do discurso de seu representante, encontra-se a faixa: *Saúda Miguel Arraes. Anistia Ampla Geral e Irrestrita*. O fotógrafo, Juliano Serra Barreto, era, na época, presidente do CUF, que, como já foi dito, mantinha relações com o próprio DCE.

Por todos os elementos da imagem e do evento, não há dúvidas de que se trata de uma movimentação oposicionista. Fotografias como esta foram utilizadas largamente na construção de uma representação para o movimento estudantil da PUC-Rio: milhares de alunos comparecem a evento de resistência à ordem imposta. Não apareceu, porém, qualquer imagem de contestação desses

¹³³ O Jornal encerra a matéria sobre os *elementos estranhos* com uma brincadeira que vincula o policial diretamente aos órgãos de repressão do governo. *ôOBS. De Mão em Mão, seu jornal informação, está lançando mais um sensacional concurso ó -DESCUBRA UM POLICIANTE ANTES QUE ELE TE DESCUBRAø Ao vencedor, aquele que conseguir descobrir o maior número de policiais, De Mão em Mão oferece além do troféu -TO DE OLHOø uma viagem com estadia por tempo indeterminado no DPPS da cidade de sua preferênciaã.*

¹³⁴ A documentação produzida pelo DCE afirma que havia três mil estudantes no *campus* da PUC-Rio na ocasião.

mesmos eventos oposicionistas. Não há qualquer vestígio imagético de uma disputa entre os estudantes da PUC-Rio, nos anos aqui abordados, entre correntes de esquerda e de direita. Aquelas se mostram como únicas, tanto nas imagens, como a que abre o capítulo bem exemplifica, como nos textos escritos. Há um silêncio que permeia todas as formas de documentação utilizadas para a presente análise.

Vale ressaltar que os próprios estudantes partidários do regime ó se é que eles existiram neste período na PUC-Rio ó se silenciaram. Vale o questionamento do por quê desse silêncio.

Daniel Aarão Reis, em artigo publicado na revista *Estudos Históricos*, aborda o tema dos silêncios sobre o apoio da sociedade à ditadura.

õA ditadura, desde o início, sempre suscitou oposições. Estas se multiplicariam, principalmente, nos últimos anos da década de 1970, tornando-se então difícil encontrar alguém que apoiasse explicitamente o regime que se extinguiu. Já nas comemorações dos 40 anos de 1968, em 2008, era quase impossível encontrar quem houvesse apoiado sem reservas a ditadura. Um enigma. Como o regime durara tanto tempo sem viva alma que o apoiasse?ö¹³⁵.

De fato, nenhum regime se mantém apenas pela força. E, na verdade, *houve apoios, extensos e consistentes*¹³⁶. O próprio Aarão Reis defende a substituição do termo *ditadura militar* para *ditadura civil-militar*, de modo a explicitar essa articulação que existiu entre civis e militares no regime instaurado a partir de 1964. Esse apoio civil ao regime, no entanto, pareceu esvaír-se em fins dos anos de 1970, e o próprio termo *ditadura militar* por Reis criticado,

õestabelecera-se como senso comum, servindo como uma luva a uma sociedade que desejava auto-absorver-se de quaisquer cumplicidades com um regime considerado, agora, em fins dos anos 70, como abominávelö¹³⁷.

É esse contexto de perda maior de apoio civil por parte do regime que a delimitação temporal deste estudo se situa. Algumas questões, porém, se

¹³⁵ Daniel Aarão REIS. Op.cit., 2010, pp. 173 ó 174.

¹³⁶ Daniel Aarão REIS. Op.cit., 2010, p. 174.

¹³⁷ Daniel Aarão REIS. Op.cit., 2010, p. 174.

colocam. Será mesmo que esse apoio esvaiu-se até chegar a ser nulo? Será que dentro da PUC-Rio, no final dos anos 1970 e no início dos 1980, todos os estudantes se opunham ao regime? Será que essa memória que hoje se tem do movimento realmente foi construída de modo a levar em conta as aspirações de *todos* os estudantes da Universidade? Ou será que alguns, que não concordavam com as suas ideias, ficaram de fora, e acabaram por silenciar-se frente a uma representação que se mostrava dominante?

Duas são as possibilidades de interpretação desse silêncio gritante. A primeira é considerar que, realmente, como os documentos dão a entender, não havia na Universidade, neste momento, estudantes que apoiassem o regime militar. Essa alternativa parece frágil. O regime contou com apoio civil até o seu último momento, mesmo que tal apoio tenha diminuído ao longo dos anos ditatoriais. E é improvável que, em uma universidade de alunos das classes média e alta do Rio de Janeiro, não apresentasse representantes desse grupo de apoio.

A segunda interpretação possível, que parece a mais verossímil, é a de que esses estudantes optaram por se calar, ou tiveram de fazê-lo. Isso nos leva a uma outra indagação: por que se teriam silenciado? Em um regime autoritário, no qual uma das políticas de Estado era a de impedir a circulação de ideias que lhe fossem contrárias, e que, para tal, não se abstinha de fazer uso de meios os mais violentos, por que haveria ampla circulação de ideias opositoras dentro da PUC-Rio? Por que os alunos partidários do regime que, pelo menos em teoria, não tinham o que temer, abaixaram as suas vozes, a ponto de torná-las inaudíveis para nós?

Há uma via de explicação para esse contraste. Parece que a liberdade de expressão que se configurou dentro da Universidade no período ditatorial contribuiu para que se assistisse a uma inversão no que diz respeito às possibilidades de fala. Enquanto fora da PUC-Rio só quem tinha voz eram os partidários do governo, enquanto os opositoras tinham que se expressar através de códigos que burlassem a vigilância dos órgãos de repressão, dentro da Universidade eram aqueles que apoiavam o regime que deviam se esconder. O

poder de fala estava com os estudantes engajados na luta contra o regime autoritário, e a força que eles exerciam dentro do *campus* impedia que os estudantes de vertentes à direita tomassem a palavra, pelo menos abertamente.

Com o passar do tempo, porém, quando o governo parecia perder o que lhe restava de apoio político civil, tornou-se uma vergonha se revelar a favor do regime. E isso não é próprio só da realidade da PUC-Rio, mas se deu no espaço social mais amplo. Esse apoio, segundo Daniel Aarão Reis, se tornou uma *incômoda lembrança*, que os próprios partidários do regime fizeram questão de silenciar.

õA fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor¹³⁸.

É nessa fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, que está a memória daqueles que apoiaram o regime. Memória esta que, se foi silenciada, provavelmente não foi esquecida. Esse não-esquecimento, essa lembrança subterrânea, pode ser percebida na resistência, ainda hoje, por parte da sociedade brasileira, em abrir os arquivos da ditadura, e em se discutir amplamente o assunto. É uma lembrança silenciada porque incomoda, porque coloca culpas, e ninguém quer ser culpado pelas atrocidades cometidas ao longo do período de regime militar, ninguém quer se responsabilizar por um governo que fez uso da tortura como política de Estado. Uma luz sobre o processo de concessão de anistias, a partir de agosto de 1979, revela o desejo de conciliação presente nos anos finais da ditadura militar.

Com relação à anistia, duas vertentes se destacaram¹³⁹: em uma delas estavam aqueles que lutavam por uma anistia *geral, ampla e irrestrita*¹⁴⁰

¹³⁸ Michael POLLAK. Op.cit., p. 08.

¹³⁹ Daniel Aarão REIS. Op.cit., 2004, pp. 46 ó 47.

¹⁴⁰ Chamo a atenção novamente para a imagem de abertura do capítulo, que se localiza nesse contexto de luta pela anistia. A faixa dos estudantes, com os dizeres *Anistia ampla, geral e irrestrita* os localiza nessa primeira vertente destaca por Daniel Aarão Reis. Vertente

que, simultaneamente, apurasse os crimes da ditadura e desmantelasse os órgãos da polícia política, que aplicavam os procedimentos de tortura em seus interrogatórios; na outra, encontravam-se aqueles que desejavam uma anistia que conciliasse a sociedade brasileira, de modo que esse passado fosse esquecido e que o caminho para a democracia pudesse se abrir. Foi vitoriosa essa segunda tendência, e o que se concretizou, em 1979, foi a chamada anistia recíproca, que beneficiou torturadores e torturados. Venceu, portanto, a tentativa de conciliação. *E assim a nação que construiu a ditadura absolveu-se e reconstruiu-se como uma nação democrática*¹⁴¹.

Para dialogar, mais uma vez, com Michael Pollak, parece às vezes que o *silêncio sobre si próprio é diferente do esquecimento e pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente*¹⁴². Pode ser que seja nessa crença, na busca de evitar que se reacendam conflitos que *pareciam* apaziguados ou até esquecidos, que se constroem barreiras para dificultar a discussão aberta sobre o tema. Mas a não-discussão do assunto não será capaz de fazer desaparecer as questões que são, até hoje, colocadas e recolocadas para a sociedade brasileira. O tema deve ser tratado abertamente, não para encontrar culpados, o que já não faz sentido, mas para debater questões próprias da nossa história, uma vez que muitas delas, como a prática da tortura, por exemplo, ainda aparecem como entraves para a democracia brasileira. Mesmo 26 anos depois do fim do regime militar.

Resta-nos uma pergunta: existe uma única memória sobre o movimento estudantil da PUC-Rio? Não, certamente. Mas, de fato, pelas razões que se tentou expor nessa finalização de reflexão, uma memória se tornou hegemônica, enquanto a outra calou-se, silenciou-se. Mas a memória, e disso não podemos esquecer, é construída também por suas lacunas e seus silêncios, o que faz com que, como historiadores, nós devamos estar atentos não só ao que é dito,

esta derrotada frente àquela que primava pela conciliação, mas que hoje volta à cena exigindo a abertura dos arquivos da ditadura e a punição dos torturadores.

¹⁴¹ Daniel Aarão REIS. Op.cit., 2004, p. 50.

¹⁴² Michael POLLAK. Op.cit., p. 13.

mas também ao que não é dito, por ser, muitas vezes, inconfessável, como no caso do apoio ao regime autoritário que se instituiu no Brasil de 1964 a 1985.



Figura 09

Referências bibliográficas e documentação.

Referências bibliográficas.

- ALLENDE, Isabel. **Paula**. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. "Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar" IN **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 04, pp. 320 ó 409.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- COUTINHO, Ana Maria Bonjour de Paula. "O Movimento Estudantil na PUC-Rio durante o Governo Militar" IN **Sob a Cruz e a Espada: A Relação do Movimento Estudantil da PUC-Rio com a Reitoria durante o Regime Militar**. REZNIK, Luis (orientador). Rio de Janeiro: Departamento de História da PUC-Rio, Monografia de conclusão de graduação, 2004.
- DOSSE, François. **A História em migalhas: Dos Annales à Nova História**. Bauru: EDUSC, 2003.
- FICO, Carlos. "A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura" IN REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato (orgs.) **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo, Bauru: EDUSC, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. "Cultura política e cultura histórica no Estado Novo" IN ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- JASMIN, Marcelo. "Encontros e Confrontos" IN **Agenda PUC-Rio 2009**. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da PUC-Rio, 2008.
- JOUTARD, Philippe. "Desafios à História Oral do Século XXI" IN ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) **História Oral: Desafios para o século XXI**; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC ó Fundação Getúlio Vargas, 2000.

- KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência e horizonte de expectativa. Duas categorias históricas" IN **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.
- KUSHNIR, Beatriz. "Cães de guarda: entre jornalistas e censores" IN REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato (orgs.) **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo, Bauru: EDUSC, 2004.
- LABORIE, Pierre. "Memória e Opinião" IN AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento" IN **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LE GOFF, Jacques. "Memória" IN **Enciclopédia Einaudi: Memória-História**. Vol. 01. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.
- MAUAD, Ana Maria. *Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces*. Revista Tempo, Niterói, Departamento de História da UFF. vol.1, n.2, 1996.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia" IN **Culturas políticas na história: Novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- NAPOLITANO, Marcos. *A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.24, n.47, 2004.
- NEVES, Margarida de Souza. "A Ágora da PUC-Rio" IN **Agenda PUC-Rio 2009**. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da PUC-Rio, 2008.
- Nosso Século. 1960/80**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- PAES, Maria Helena Simões. **A Década de 60: Rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Ática, 1992.
- PAIVA, Tatiana Moreira Campos. "Geração e cultura política" IN **Memória de filhos de militantes e as heranças políticas de uma geração**. NEVES,

- Margarida de Souza (orientadora). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Departamento de História da PUC-Rio, 2011.
- PAULA, Lucília Augusta Lino de. Movimento Estudantil: jovens, gerações e trajetórias. IN **O movimento estudantil na UFRural/RJ: memórias e exemplaridade**. BRANDÃO, Zaia (orientadora). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Departamento de Educação da PUC-Rio, 2004.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. vol.2, n.3, 1989
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Revista Estudos Históricos, Niterói: Departamento de História da UFF. vol. 23, n. 45, 2010.
- REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. IN REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SIRINELLI, Jean-François. A geração. IN FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 133.

Documentação.

- C.A. DE HISTÓRIA. Lamento Nacional. IN **Publicação de uma chapa candidata à diretoria do CA de História**. c. 1980. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_011. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.
- C.A. DE HISTÓRIA. Por uma chapa ampla de reconstrução. IN **Publicação de uma chapa candidata à diretoria do CA de História**. c. 1980. Disponível no site do Núcleo de Memória da PUC-Rio: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_003. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

- CRIAÇÃO. **Uma proposta para um novo DCE.** 1980. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_045. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.
- CUF. Concurso de fotografia. S.d. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: ak0018_085. Acesso em 12 de outubro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.
- DAAF. **Trote: O semanário do calouro** No. 01 (primeiro e último). 1977, Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0014_063. Acesso em 14 de outubro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.
- DCE. **Aos estudantes da PUC.** 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_001. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.
- DCE. **Boletim do Calouro.** 1978. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_076. Acesso em 14 de outubro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.
- DCE. **DCE Alternativa propõe.** 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_005. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.
- DCE. **Essa Coisa Toda: DCE PUC.** 1981. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_013 e jf0013_020. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.
- DCE. **Essa Coisa Toda: DCE PUC.** 1981. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_023. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.
- DCE. **Informe do DCE.** 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_012. Acesso em 12 de outubro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

- DCE. **Informe DCE**. 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_077. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.
- DCE. *Transferida a manifestação pública para PUC* IN **Informe DCE**. 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código jf0011_017. Acesso em 22 de outubro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.
- DCE Alternativa. **Manifesto resistir é preciso ó acima de tudo, é possível**. 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_013. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.
- DCE Alternativa. **Jornal de Mão em Mão**. 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Códigos: ak0018_011, ak0018_022 e ak0018_035. Acesso em 08 de novembro de 2010. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.
- DCE. **Pesquisa ó A visão que o estudante da PUC/RJ tem do DCE (Diretório Central dos Estudantes) como representação estudantil**. c. 1980. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> . Códigos: jf0013_036, jf0013_037, jf0013_038, jf0013_039. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.
- JASMIN, Marcelo. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de junho de 2009, no Departamento de História da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.
- MAC DOWELL, João Augusto, S.J.. Entrevista realizada por Silvia Ilg para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em maio de 2009, Belo Horizonte. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.
- OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de. Entrevista realizada por Juliana Cordeiro de Farias e Anna Cristina Koscheck para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 06 de dezembro de 2008, na Vice-Reitoria Acadêmica da PUC-Rio, Rio de Janeiro. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. Entrevista realizada por Silvia Ilg para o Núcleo de Memória da PUC-Rio, em 22 de maio de 2009, na UFMG, Belo Horizonte. Acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

Pastoral Universitária de Alunos. **Hoje é dia de eleição e dia de exercer a liberdade.** 1979. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_068. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

S.I. **A crise da Universidade e a necessidade de um D.C.E forte para ajudar a resolvê-la.** c. 1981. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_026. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

S.I. **Ato Público (1968 ó 1978).** 1978. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0014_017. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo do professor Alfredo Jefferson de Oliveira.

TRAVESSIA / CAEL. **Jornal Travessia CAEL.** 1979. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Códigos: ak0018_056, ak0018_57 e ak0018_058. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

UNIDADE. ãDemonstração dos princípios da chapa Unidadeö IN **Manifesto Unidade.** 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0011_014. Acesso em 08 de novembro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

UNIDADE. Fotonovela ãArraes ta aíö. 1979. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos//>. Código: jf0014. Acesso em 12 de outubro de 2011. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

UNIDADE-DAAF. ãIntroduçãoö IN **Publicação Unidade ó DAAF.** 1978. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*:

<http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_080. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

UNIDADE-DAGG. ãA Linha Geral da Unidadeö IN **Publicação Unidade ó DAGG**. 1977. Disponível no site do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/>. Código: jf0013_057. Acesso em 26 de julho de 2009. Acervo Alfredo Jefferson de Oliveira.

Lei Suplicy IN <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf>. Acesso em 22 de outubro de 2011.

Constituição Brasileira de 1988 IN <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>. Acesso em 09